100

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD N° 033

1. Identificação do Requisitante:	
Unidade Administrativa Requisitante: *Setor de Compras*	
Responsável: *Filipe Vieira Babsky*	Cargo/Função: Coordenador de Contratos e Prestação de Contas
Matrícula: 41.020	E-mail e telefone do setor: (31) 3558-2315 cultura@mariana.mg.gov.br

2. Necessidade: *Contratação da banda **ABAHDA** para compor a programação do Carnaval de Mariana de 2026.*

1. Justificativa da necessidade:

O Carnaval é uma das festividades mais tradicionais da cidade, atraindo moradores, visitantes das cidades vizinhas e turistas de diversas regiões, movimentando o comércio local, fortalecendo o setor de serviços e promovendo a circulação de renda.

Além de seu impacto econômico, o evento desempenha papel fundamental na valorização da cultura local, na promoção do lazer e no fortalecimento da identidade marianense. A inclusão de atrações musicais qualificadas contribui para ampliar a visibilidade do evento, assegurar a participação popular e garantir a diversidade de ritmos e estilos, respeitando a tradição carnavalesca e atendendo às expectativas da comunidade.

A contratação em questão é indispensável para a composição de uma programação atrativa, segura e organizada, capaz de atender ao planejamento da Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo e cumprir os objetivos definidos para o Carnaval 2026. Ressalta-se, ainda, que a definição prévia das atrações possibilita uma melhor estruturação logística, maior eficácia nas ações de divulgação e a contratação tempestiva de demais serviços necessários para a realização do evento.

Dessa forma, a contratação da atração justifica-se pela necessidade de assegurar a qualidade artística do Carnaval de Mariana 2026, fortalecer o calendário cultural do município, fomentar a economia local e garantir o direito da população ao acesso à cultura, ao lazer e ao entretenimento em evento de grande porte e tradição regional.

2. Demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual (PCA):

Ainda não há regulamentação do Plano Anual de Contratações do Município de Mariana. Entretanto, está previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA).

3. Previsão da data em que deve ser iniciada a execução:

Após a assinatura do contrato.

4. DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO DO OBJETO A SER CONTRATADO

Objetivando a instrução do processo, informamos que será necessária a contratação e realização de apresentação de artista, para compor a programação do evento junto às demais atrações, de acordo com o quantitativo abaixo:

Item	Qtd	Unid.	Material	Valor Unitário	Valor Total
1	1	UN	Contratação da banda Abahda	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00

6.1- CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

(X) Recurso Próprio
( ) Recurso Vinculado Estadual
( ) Recurso Vinculado Federal
( ) Outros (quais?) Emenda Parlamentar

5. Indicação da comissão de planejamento da contratação e pela fiscalização da execução do objeto:

Para a adequada condução do procedimento, indicamos o servidor Filipe Vieira Babsky Matrícula 41.020 como membro responsável pela Comissão de Planejamento da Contratação nomeado pelo decreto nº 12.373, de 14 de julho de 2025, bem como o servidor Calos Roberto da Silva CPF 088.567.866-48 como membro da Comissão de Fiscalização da Execução do Objeto, que atuarão conforme as disposições legais aplicáveis e acompanharão todas as fases necessárias ao bom andamento e à execução do contrato.

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

Mariana 10 de novembro de 2025.

Filipe Vieira Babsky
Matrícula 41.020 CPF 917.652.006-44
Coordenador de Contratos e Prestação de Contas

8-RESPONSABILIDADE PELA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA N° 033

Para fins do disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000, declaro que as despesas decorrentes da obrigação a ser contraída apresenta adequação orçamentária e financeira com o corrente orçamento aprovado pela Lei Orçamentária Anual, bem como compatibilidade com o Plano Plurianual de Ação Governamental e com a própria Lei de Responsabilidade Fiscal. Declaro, ainda, que esta Secretaria possui disponibilidade orçamentária e financeira para cobrir as referidas despesas.

Data: 10/11/2025

Marcos Eduardo Batista
Secretário Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL, TURISMO E LAZER

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR N° 033

Secretaria demandante: Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural, Turismo e Lazer

Objeto: Contratação da banda **ABAHDA** para compor a programação do Carnaval de Mariana de 2026.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O Carnaval é uma das festividades mais tradicionais da cidade, atraindo moradores, visitantes das cidades vizinhas e turistas de diversas regiões, movimentando o comércio local, fortalecendo o setor de serviços e promovendo a circulação de renda.

Além de seu impacto econômico, o evento desempenha papel fundamental na valorização da cultura local, na promoção do lazer e no fortalecimento da identidade marianense. A inclusão de atrações musicais qualificadas contribui para ampliar a visibilidade do evento, assegurar a participação popular e garantir a diversidade de ritmos e estilos, respeitando a tradição carnavalesca e atendendo às expectativas da comunidade.

A contratação em questão é indispensável para a composição de uma programação atrativa, segura e organizada, capaz de atender ao planejamento da Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo e cumprir os objetivos definidos para o Carnaval 2026. Ressalta-se, ainda, que a definição prévia das atrações possibilita uma melhor estruturação logística, maior eficácia nas ações de divulgação e a contratação tempestiva de demais serviços necessários para a realização do evento.

Dessa forma, a contratação da atração justifica-se pela necessidade de assegurar a qualidade artística do Carnaval de Mariana 2026, fortalecer o calendário cultural do município, fomentar a economia local e garantir o direito da população ao acesso à cultura, ao lazer e ao entretenimento em evento de grande porte e tradição regional.

2. ESSA CONTRATAÇÃO ESTÁ PREVISTO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES?

Ainda não há regulamentação do Plano Anual de Contratações do Município de Mariana. Entretanto, está previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA).

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

I) A contratação deve efetivar-se junto a artista consagrado pela opinião pública local;
II) O estilo musical apresentado pelo artista deve corresponder ao evento;
III) Os serviços prestados devem ser de reconhecida qualidade pelo mercado;
IV) Deve haver compatibilidade de agendas entre o órgão público e o artista.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO.

Objetivando a instrução do processo, informamos que será necessária a contratação e realização de apresentação de artista, para compor a programação do evento.

Item	Qtd	Unid.	Material	Valor Unitário	Valor Total
1	1	UN	Contratação da banda Abahda	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Considerando a demanda para a contratação de artista, a administração local realizou levantamento de artistas com aceitação pela opinião pública e que possuíssem disponibilidade para apresentação visando sua participação na programação cultural oficial da Prefeitura Municipal de Mariana. No curso das diligências realizadas pela Secretaria de Cultura, verificou-se que o artista atende aos requisitos previamente definidos e demonstrou interesse e viabilidade para a realização das apresentações.

Destaca-se que o artista detém representatividade no cenário musical local, consolidada por sua trajetória musical e pelo amplo reconhecimento junto ao público. Tal notoriedade é evidenciada por meio de publicações em redes sociais e veículos de comunicação, bem como pela participação em eventos, o que reforça sua relevância e aceitação no meio artístico.

Nos termos do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, a regra geral para a Administração Pública é a realização de licitação, visando à obtenção da proposta mais vantajosa e assegurando a competitividade entre os interessados. No entanto, a própria legislação prevê hipóteses em que o procedimento licitatório se revela inviável, especialmente quando há impossibilidade de competição objetiva. Esse é o caso da contratação de serviços artísticos, uma vez que as performances musicais possuem caráter singular e criativo, tornando inviável a comparação entre diferentes artistas com base em critérios meramente objetivos.

Dessa forma, a inexigibilidade de licitação encontra respaldo no artigo 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza a contratação direta de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Diante do exposto, e considerando que a artista preenche os requisitos legais exigidos, a contratação direta por inexigibilidade de licitação mostra-se o meio mais adequado e juridicamente seguro para viabilizar a apresentação no evento, garantindo a realização de espetáculo compatível com as expectativas do público e os objetivos culturais da administração municipal.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Dada à potencialidade criativa ou características intrínsecas do trabalho artístico, não há como estabelecer pontos mensuradores para estabelecer uma competição que seja julgada através de critérios objetivos, o que não afasta a possibilidade de haver uma contratação com observância da seleção da proposta mais vantajosa, dentre outros princípios a ela atrelados. Mesmo cabendo certa discricionariedade na escolha do executante, nos cercamos de informações que demonstrem a consagração da artista, bem como o mínimo exigido para uma contratação segura e a razoabilidade do

preço. O valor proposto para a referida apresentação está em conformidade com os valores praticados pelo artista no mercado, inclusive à mesma época de outras contratações.

Item	Qtd	Unid.	Material	Valor Unitário	Valor Total
1	1	UN	Contratação da banda Abahda	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

A escolha da Secretaria Municipal de Cultura para a contratação do serviço foi pautada pela opinião pública local, sendo este conhecido pelos shows que realiza, gozando de excelente conceito e aceitação popular, e seguindo todos os requisitos previstos na Lei de contratações vigente.

Não paira nenhuma dúvida de que possui reputação, experiência e conhecimento compatível com a necessidade que se propõe a Administração Municipal realizar aos munícipes de Mariana e região.

A justificativa da inexigibilidade nesta hipótese é a inviabilidade de competição. Com efeito, não há critérios objetivos para aferir a melhor proposta para a Administração Pública, não havendo, por consequência, respaldo fático para a realização do procedimento licitatório.

Por fim, verifica-se que esse dispositivo apresenta certo limite discricionário, autorizando o administrador a optar pela escolha que melhor atenda ao interesse público em razão das próprias características da performance artística desejada. Sendo assim, entendemos ser inexigível a licitação, tendo em vista que atende aos requisitos acima mencionados.

8. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO

O objeto da contratação é divisível e pode ser parcelado?

( ) Sim, é divisível e foi parcelado em tantas parcelas quanto tecnicamente e economicamente viáveis.

( ) É divisível, mas não poderá ser parcelado

(X) Não é divisível.

A contratação em tela não é divisível tendo em vista tratar-se de apresentação artística única.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Visando a programação cultural oficial da Prefeitura Municipal de Mariana, pretende-se:

- ✓ Fortalecer a cultura local.
- ✓ Incentivar a integração comunitária em um ambiente de celebração e convívio social saudável.
- ✓ Fomentar o turismo local, atraindo visitantes de Mariana e municípios vizinhos, movimentando a economia informal e o comércio local durante os eventos.
- ✓ Estimular a continuidade das manifestações populares, garantindo que as novas gerações tenham contato e valorizem as tradições culturais.
- ✓ Promover o acesso gratuito a atividades culturais de qualidade, democratizando a cultura e fortalecendo a cidadania cultural.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.

A entrega da contratação será em dia e horário a serem definidos. O responsável pelo acompanhamento dos preparativos até a execução da contratação, será um colaborador da Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo, devidamente designado pelo ordenador de despesa da pasta.

O servidor designado para exercer a função de fiscal do contrato será previamente cientificado de todas as cláusulas contratuais pertinentes, sendo devidamente capacitado para o exercício das atribuições de fiscalização, conforme exige o §1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

O artista contratado bem como os demais integrantes da banda e produção deverão estar aptos e presentes no local de apresentação, de acordo com orientação pré-definida pela Secretaria de Patrimônio Cultural e Turismo. A Secretaria de Patrimônio Cultural e Turismo é responsável pelo fornecimento de palco e camarim, sonorização, gerador de energia e apoio logístico para o local.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES.

Existem contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade da demanda?

( ) Não.
(X) Sim

Contratação de toda estrutura que estará montada e apta para receber o artista e que ficará à disposição durante todos os dias de evento: palco, sonorização, iluminação, gerador de energia e apoio logístico.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS.

Essa contratação gera algum impacto ambiental?

( ) Não.
(X) Sim.

Com vistas à observância das normas de sustentabilidade ambiental previstas na legislação vigente, todos os resíduos sólidos gerados durante a execução do evento serão devidamente tratados e descartados em conformidade com as diretrizes e normativas expedidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, responsável pela política pública de limpeza urbana, coleta, manejo e destinação final

de resíduos, garantindo-se o cumprimento dos princípios da responsabilidade ambiental e da eficiência na gestão dos serviços públicos.

No que se refere ao consumo de energia elétrica necessário para a realização do show, caberá a responsabilidade pela adequação da gestão da energia utilizada no evento. Tal medida visa resguardar o erário público, em consonância com os princípios da economicidade e da razoabilidade.

13. CONCLUSÃO.

O presente Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução descrita no item 7 "ESCOLHA DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA" se mostra tecnicamente viável e fundamentadamente necessária:

( ) Não
(X) Sim.

Mariana, 10 de novembro de 2025.

Filipe Vieira Babsky
Coordenador de Contratos e Prestação de Contas

Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

Marcos Eduardo Batista
Secretário de Patrimônio Cultural e Turismo

Serão devidamente considerados, na elaboração do Termo de Referência e do contrato, os riscos identificados e classificados no Mapa de Riscos, de modo a subsidiar a adoção de medidas preventivas, mitigar possíveis impactos à execução contratual e assegurar o cumprimento do planejamento institucional.

MAPA DE RISCO

RISCO 1			
Não cumprimento do contrato por parte do artista (cancelamento ou qualidade inferior à esperada)			
Probabilidade:	( ) Baixa	(X) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa	( ) Média	(X) Alta
Fase Impactada:	( ) Fase Preparatória ( ) Seleção do Fornecedor (X) Gestão do Contrato		
Id	Dano		
1.	Impacto negativo no evento, insatisfação do público e prejuízo financeiro.		
Id	Ação Preventiva		Responsável
1.	Inclusão de cláusulas contratuais prevendo penalidades por descumprimento e pagamento condicionado à efetiva prestação do serviço.		Fiscal administrativo do contrato
Id	Ação de Contingência		Responsável
1.	Abertura de procedimento administrativo para aplicação de sanções e execução da garantia em caso de desconformidade.		Gestor do contrato

RISCO 2			
Ausência de clareza na especificação dos serviços a serem prestados			
Probabilidade:	(X) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto:	(X) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Fase Impactada:	( ) Fase Preparatória ( ) Seleção do Fornecedor (X) Gestão do Contrato		
Id	Dano		
1.	Descumprimento, pela contratada, de obrigações previstas em contrato.		
Id	Ação Preventiva		Responsável
1.	Divergências entre as partes sobre o que foi contratado.		Gestor do contrato
Id	Ação de Contingência		Responsável
1.	Elaboração detalhada do termo de referência, incluindo duração do show, requisitos técnicos e logística.		Gestor do contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL, TURISMO E LAZER

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO / DEFINIÇÕES / INFORMAÇÕES ESSENCIAIS

1.1 OBJETO

Contratação da banda **ABAHDA** para compor a programação do Carnaval de Mariana de 2026.

1.2 DEFINIÇÕES/INFORMAÇÕES ESSENCIAIS

1) Inexigibilidade, conforme inciso II, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/21.

3) Condição de Serviço/Bem comum: Celebração de festa popular

4) Serviço contínuo: Não se aplica

5) Contato do responsável: Secretário de Cultura, Patrimônio Histórico, Turismo e Lazer

Telefone: 3558-2315

email: cultura@mariana.mg.gov.br

2. JUSTIFICATIVA

O Carnaval é uma das festividades mais tradicionais da cidade, atraindo moradores, visitantes das cidades vizinhas e turistas de diversas regiões, movimentando o comércio local, fortalecendo o setor de serviços e promovendo a circulação de renda.

Além de seu impacto econômico, o evento desempenha papel fundamental na valorização da cultura local, na promoção do lazer e no fortalecimento da identidade marianense. A inclusão de atrações musicais qualificadas contribui para ampliar a visibilidade do evento, assegurar a participação popular e garantir a diversidade de ritmos e estilos, respeitando a tradição carnavalesca e atendendo às expectativas da comunidade.

A contratação em questão é indispensável para a composição de uma programação atrativa, segura e organizada, capaz de atender ao planejamento da Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo e cumprir os objetivos definidos para o Carnaval 2026. Ressalta-se, ainda, que a definição prévia das atrações possibilita uma melhor estruturação logística, maior eficácia nas ações de divulgação e a contratação tempestiva de demais serviços necessários para a realização do evento.

Dessa forma, a contratação da atração justifica-se pela necessidade de assegurar a qualidade artística do Carnaval de Mariana 2026, fortalecer o calendário cultural do município, fomentar a economia

local e garantir o direito da população ao acesso à cultura, ao lazer e ao entretenimento em evento de grande porte e tradição regional.

3. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO, QUANTITATIVOS E VALOR

Objetivando a instrução do processo, informamos que será necessária a contratação e realização de apresentação de artista, para compor a programação do evento.

Item	Qtd	Unid.	Material	Valor Unitário	Valor Total
1	1	UN	Contratação da banda Abahda	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

A escolha da Secretaria Municipal de Cultura para a contratação do serviço foi pautada pela opinião pública local, sendo este conhecido pelos shows que realiza, gozando de excelente conceito e aceitação popular, e seguindo todos os requisitos previstos na Lei de contratações vigente.

Não paira nenhuma dúvida de que possui reputação, experiência e conhecimento compatível com a necessidade que se propõe a Administração Municipal realizar aos munícipes de Mariana e região.

A justificativa da inexigibilidade nesta hipótese é a inviabilidade de competição. Com efeito, não há critérios objetivos para aferir a melhor proposta para a Administração Pública, não havendo, por consequência, respaldo fático para a realização do procedimento licitatório.

Por fim, verifica-se que esse dispositivo apresenta certo limite discricionário, autorizando o administrador a optar pela escolha que melhor atenda ao interesse público em razão das próprias características da performance artística desejada. Sendo assim, entendemos ser inexigível a licitação, tendo em vista que atende aos requisitos acima mencionados.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

I) A contratação deve efetivar-se junto a artista consagrado pela opinião pública local;

II) O estilo musical apresentado pelo artista deve corresponder ao evento;

III) Os serviços prestados devem ser de reconhecida qualidade pelo mercado;

IV) Deve haver compatibilidade de agendas entre o órgão público e o artista.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto referente à contratação do artista para apresentação musical, será conduzida em etapas previamente definidas, assegurando o pleno cumprimento do contrato e a efetividade do resultado cultural pretendido pelo Município.

6.1. Início da Execução Contratual
A execução se iniciará com a formalização do contrato administrativo entre a Prefeitura Municipal de Mariana, por meio da Secretaria de Cultura, e o artista, mediante assinatura contratual e emissão da respectiva Nota de Empenho.

6.2. Planejamento e Articulação Técnica
Após a formalização, será realizada reunião técnica entre a equipe da Secretaria de Patrimônio Cultural e Turismo, a produção do artista e os responsáveis pela organização, para alinhamento de informações logísticas e técnicas relacionadas à apresentação, tais como:

Definição do local do show;

Data e horário da apresentação, conforme cronograma;

Requisitos técnicos (rider técnico);

Estrutura de palco, som, iluminação e camarins;

Segurança e acessibilidade.

6.3. Logística e Infraestrutura
A Prefeitura de Mariana será responsável por garantir toda a infraestrutura necessária à realização do show, incluindo montagem de palco, sonorização, iluminação, conforme os termos acordados entre as partes e constantes no rider técnico do artista.

6.4. Apresentação do Artista
A apresentação do artista deverá ocorrer no dia e horário previamente definidos, com duração aproximada de 1h30 (uma hora e trinta minutos. O show será de acesso gratuito ao público, integrando o conjunto de ações de valorização cultural, democratização do acesso à arte e fortalecimento do calendário turístico e cultural do município.

6.5. Relatório de Execução
Após a apresentação, será emitido relatório de execução pela equipe técnica da Secretaria de Cultura, atestando o cumprimento do objeto contratual, a adequação da entrega aos parâmetros estabelecidos e a regularidade do serviço prestado. O relatório poderá conter registros fotográficos, audiovisuais e parecer técnico-cultural sobre a atividade.

6.6. Encerramento do Contrato
O encerramento do contrato ocorrerá após a apresentação da artista, a aprovação do relatório de execução e a confirmação do cumprimento de todas as obrigações contratuais por ambas as partes. O pagamento será efetuado conforme previsto contratualmente, condicionado à apresentação da documentação fiscal e do atesto pela fiscalização do contrato.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A contratação do artista será realizada por meio de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, que permite a contratação direta quando houver

inviabilidade de competição em razão da contratação de profissional do setor artístico, consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

A inviabilidade de competição decorre da natureza personalíssima da apresentação artística pretendida, sendo o artista o único capaz de realizar o serviço de forma autêntica, conforme amplamente reconhecido por sua trajetória, estilo musical e identidade artística. A escolha do artista visa à valorização do evento, à atração de público diverso e à qualificação da programação cultural, aspectos essenciais para o alcance dos objetivos pretendidos.

A comprovação da notória consagração da artista será feita por meio de documentação pública e material promocional, incluindo:

Histórico profissional e biografia artística;

Reconhecimento pelo público;

Ampla circulação na mídia e plataformas digitais.

A contratação será intermediada por sua representação exclusiva, devidamente comprovada mediante apresentação de documento que ateste a exclusividade da empresa ou empresário responsável pela gestão da carreira do artista. Esta exigência está prevista no §1º do art. 74 da Lei 14.133/2021, como condição para a legalidade da inexigibilidade.

Por fim, a adequação dos preços será verificada com base em propostas de apresentações similares, quando disponíveis, bem como em análise da compatibilidade com os valores praticados pelo mercado para artistas de igual notoriedade, nos termos do art. 23, § 4 da referida legislação.

8. HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação no certame, as licitantes terão de satisfazer os requisitos mediante apresentação de documentos relativos a:

8.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Cartão CNPJ;

b) Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e última alteração relativa ao objeto e administradores, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, ou a última alteração consolidada, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.2. HABILITAÇÃO FISCAL

a) Comprovante de regularidade fiscal com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal (ou distrital) da sede do licitante;

b) Comprovante de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

c) Comprovante de regularidade com a Justiça do Trabalho, por meio de certidão emitida pelo site www.tst.gov.br;

8.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física ou em sítio eletrônico caso a comarca da licitante disponha desta ferramenta.
Será permitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentem certidão emitida pelo Juízo Falimentar e/ou Plano de Recuperação deferido, na qual fique demonstrado que a empresa está apta econômica e financeiramente para participar dos procedimentos licitatórios

8.4. DECLARAÇÕES:

a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

b) Declaração atestando que a pessoa jurídica a ser contratada não emprega servidor público.

c) Declaração de cumprimento de reserva de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitação da previdência social.

9. AMOSTRA / LAUDO TÉCNICO / PROVA DE CONCEITO

Não se aplica a essa contratação.

10. LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS OU REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS/ PRAZO DE ENTREGA OU PRAZO DE EXECUÇÃO

A prestação do serviço ocorrerá em dia, local e horário a ser definido. E contará com toda estrutura e demais responsabilidades de qualquer tipo de autorização, por conta da contratante – Prefeitura Municipal de Mariana.

11. GARANTIA DOS MATERIAIS OU SERVIÇOS

Não se aplica a essa contratação.

12. OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR / CONTRATADO

12.1. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização da Secretaria de Cultura Patrimonial, Turismo e Lazer.

12.2. Efetuar a prestação dos serviços em perfeitas condições, cumprindo rigorosamente as descrições contidas nesse Termo de Referência.

12.3. Atender prontamente às solicitações da CONTRATANTE.

12.4. Ficar à disposição da CONTRATANTE durante o período de execução do serviço. Ficarão por conta da CONTRATADA todos os impostos, taxas, seguros, transportes, materiais de higienização e demais custos necessários a completa disponibilização do objeto.

12.5. Executar fielmente este Termo de Referência, em conformidade com as cláusulas acordadas e normas estabelecidas na Lei n. 14.133/21 e suas alterações.

12.6. A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto contratado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

12.7. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes

13. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MARIANA

13.1. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas;

13.2. Promover o acompanhamento e fiscalização do objeto contratado, de forma que sejam mantidas as condições exigidas no Termo de Referência;

13.3. Avaliar a qualidade dos serviços prestados por ocasião pela CONTRATADA.

13.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos Nesse Termo de Referência;

13.5. Emitir Autorização de Fornecimento, devendo conter a identificação da Unidade Requisitante, a identificação da CONTRATADA, a especificação do item, quantidade, data, horário e endereço de prestação do serviço, que será expedida por qualquer meio de comunicação que possibilite a comprovação do respectivo recebimento por parte da CONTRATADA

13.6. Rejeitar o serviço no todo ou em parte, caso constate irregularidades com respeito à qualidade do mesmo, determinando que seja refeito, rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

13.7. Atestar, para fins de pagamento da franquia, os documentos da despesa, quando comprovado o fiel e correto cumprimento da prestação do serviço. Exercer a Fiscalização da contratação.

13.8. Reservar à fiscalização da Secretaria o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto nesse Termo de Referência e em tudo o mais que se relacione com o Objeto dessa contratação, desde que não acarrete ônus para a CONTRATANTE.

14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela Tesouraria do Município de Mariana no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento da (s) Nota (s). Fiscal (is) correspondentes ao fornecimento, acompanhada (s) de comprovação da manutenção das condições demonstradas para habilitação, à vista do respectivo Termo de Recebimento Definitivo do objeto.

14.1 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.2 CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Não se aplica a essa contratação

15. FISCALIZAÇÃO

15.1 O Município de Mariana exercerá a fiscalização por meio do servidor designado, Calos Roberto da Silva CPF 088.567.866-48, plenamente capacitado para a função, tendo em vista sua experiência como fiscal de diversos contratos no âmbito desta Secretaria e o exercício de cargo de coordenação. Em caso de sinistro, caberá ao referido servidor entrar em contato com a empresa contratada para averiguar a ocorrência. Constatada qualquer irregularidade, serão aplicadas as sanções previstas neste Termo de Referência.

15.2 As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de MARIANA em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne à execução do objeto do contrato.

15.3 O acompanhamento e a fiscalização da execução contratual serão realizados de forma in loco pelo servidor designado, durante a realização do show, com o objetivo de verificar o fiel cumprimento das obrigações contratuais por parte da empresa contratada. A fiscalização abrangerá, dentre outros aspectos, a execução do serviço conforme as especificações técnicas, o cumprimento de normas de segurança, acessibilidade e meio ambiente, bem como a qualidade geral da prestação do serviço.

16. VIGÊNCIA DO CONTRATO / ARP

O contrato terá vigência de 90 dias.

17. GARANTIA CONTRATUAL

Não se aplica a essa contratação.

18. REAJUSTE/ REPACTUAÇÃO

Não se aplica a essa contratação.

19. SANÇÕES

19.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato ou por fraudar a execução deste, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções, previstas nos termos do artigo 156, da Lei Federal 14.133/21:

19.1.1. ADVERTÊNCIA ESCRITA – comunicação formal quanto à conduta da CONTRATADA sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção.

19.1.2. MULTA, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por centos) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 154 da Lei n. 14.133/21.

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado, calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato, limitada sua aplicação até o máximo de 30 (trinta) dias, caso a CONTRATADA não inicie a prestação dos serviços no prazo e demais condições avençadas;

b) 01% (um por cento) calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato por ocorrência de descumprimento de obrigação contratual, até o máximo de 10% (dez por cento);

c) 02% (dois por cento) calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato por ocorrência de reincidente de descumprimento de obrigação contratual, até o máximo de 20% (vinte por cento);
Atingidos os valores máximos das multas a serem aplicadas e havendo nova ocorrência ou reincidência de descumprimento de obrigação contratual, poderá ser configurada inexecução do Contrato;

d) 05% (cinco por cento) calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado;

e) 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total; ou na hipótese da CONTRATADA, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão;

19.2. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, por prazo não superior a 03 (três) anos nos termos do inciso III, do artigo 155, §4° da Lei n° 14.133/21.

19.3. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação da CONTRATADA perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

19.4. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados a CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

20. ASSINATURAS

Declaro que sou responsável pela elaboração do Termo de Referência, que corresponde à contratação da banda **ABAHDA** para compor a programação do carnaval de Mariana 2026, para constar como anexo ao edital.

Mariana, 14 de janeiro de 2026.

Filipe Vieira Babsky
Coordenador de Contratos e Prestação de Contas
Responsável pela elaboração do Termo de Referência

Aprovo o presente Termo de Referência, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

Marcos Eduardo Batista
Secretário de Patrimônio Cultural e Turismo

DECLARAÇÃO

Declaro, para devidos fins, que COMPANHIA ALMA DELL' ART, inscrito no CNPJ sob o n° 04.712.715/0001-28 representantes exclusivo da Banda Abahda, preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária para contratação por inexigibilidade de licitação, em atendimento ao disposto no artigo 72, V, da Lei 14.133/2021.

Marcos Eduardo Batista
Secretário de Patrimônio Cultural e Turismo

JUSTIFICATIVA DE PREÇO

Para a contratação do show da Banda Abahda, procedeu-se à análise do orçamento apresentado, tomando-se como referência os valores praticados pela empresa COMPANHIA ALMA DELL' ART, detentora do contrato de exclusividade para a intermediação e gestão dos shows do referido artista.

A verificação da razoabilidade e adequação do preço foi realizada com base nas notas fiscais emitidas pela mencionada empresa, devidamente válidas e representativas dos valores de mercado atualmente praticados para apresentações da Banda Abahda.

Considerando que a empresa COMPANHIA ALMA DELL' ART é a única representante autorizada para a comercialização e intermediação dos shows da artista, resta caracterizada a inexigibilidade de licitação, conforme dispõe o artigo 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que permite a contratação direta de profissional do setor artístico, consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, por meio de empresário exclusivo.

Dessa forma, a contratação do show da Banda Abahda encontra-se devidamente fundamentada, atendendo aos princípios da legalidade, da razoabilidade e da economicidade, garantindo a conformidade com a legislação vigente e a adequada aplicação dos recursos públicos.

Marcos Eduardo Batista
Secretário de Patrimônio Cultural e Turismo

Curta nosso som para a sua diversão

023

Betim, 09 de janeiro de 2026.

À SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO DE MARIANA

Assunto: Proposta de Prestação de Serviços

Prezados,

Apresentamos a V.S.as a nossa proposta comercial relativa ao carnaval de 2026, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que tiverem sido cometidos quando da preparação da mesma:

1. Propomos o valor unitário de cada apresentação de R$ 10.000,00 (dez mil reais), para execução dos serviços objeto desta.

2. A base econômica desta proposta comercial é o mês de sua apresentação.

3. Esta proposta é válida por 40 (quarenta) dias a contar da data de sua apresentação.

4. Declaramos conhecer e aceitar as condições constantes no contrato.

Certos de que podemos disponibilizar a maior gama de benefício, nos colocamos à disposição para quaisquer dúvidas.

gov.br Documento assinado digitalmente
EMANOEL GERALDO DA SILVA
Data: 09/01/2026 11:39:29-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Emanuel Geraldo da Silva

CONFERE COM ORIGINAL

Vem ser feliz com nossa música

Banda Abahdá

CARTA DE EXCLUSIVIDADE

Por este instrumento jurídico particular eu, **Priscila Martins Borges**, RG nº. **MG-16.022.318** expedida pelo SSP/MG, CPF nº. **078249316-50**, residente/domiciliado na Rua das Hortências, nº100 , Bairro Santa Cruz, na cidade de Ouro Preto - MG, de acordo com o art. 25, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações) e alterações posteriores, para todos os fins de direitos e obrigações, declara que a empresa COMPANHIA ALMA DELL'ART, situada na Rua Santos Dumont, nº 103, Bairro Horto, Betim - MG, CEP 32.604-126, inscrita no CNPJ 04.712.715/0001-28, com representante legal Emanoel Geraldo da Silva, Brasileiro, portador da RG nº MG 3.976.931 expedida pelo SSP/MG e inscrito no CPF sob o nº 828.783.906-87, residente a Rua Diamantina , nº167, Bairro Niterói, Betim, com único e legítimo a deter poderes para atuar com EXCLUSIVIDADE, para fins de representação da Banda Abahdá junto a órgão federais, estaduais, municipais, como também junto às empresas de cunho privado em todo o Brasil, para apresentar propostas referentes a apresentações musicais, escrever e inscrever projetos culturais junto às leis de incentivo e em editais, assinar contratos e outros instrumentos jurídicos, receber valores financeiros referentes a cachês artísticos ou patrocínios, emitir notas fiscais e recibos de quitação, com recolhimento dos tributos previstos na legislação vigente, filmar, fotografar nossas apresentações musicais e publicá-las na mídia (jornais, sites, redes sociais, etc).

Ouro Preto, 13 de janeiro de 2026.

Priscila Martins Borges
RG: **MG - 16.022.318**
CPF: **078249316-50**

CONFERE COM ORIGINAL

DELL art
ASSOCIAÇÃO DE ARTISTAS

025

DECLARAÇÃO

A Companhia Alma Dell 'Art com sede a Rua Santos Dumont, 103, Horto, Betim-MG, CNPJ 04.712.715/0001-28, na pessoa de seu diretor presidente, Emanoel Geraldo da Silva, inscrito no CPF 828.783.906-87 **DECLARA**, para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para demais esclarecimentos.

Betim, 26 de Julho de 2023

gov.br Documento assinado digitalmente
EMANOEL GERALDO DA SILVA
Data: 26/07/2023 14:08:05-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

EMANOEL GERALDO DA SILVA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF 828.783.906-87
31-99801.45.71

Emanoel Geraldo da Silva
Diretor - Presidente
Cia Alma Dell'Art

04 712 715/0001-28
COMPANHIA ALMA DELL'ART
Rua Santos Dumont, 103
Horto - CEP. 32604-126
B TIM - MG

CONFERE COM ORIGINAL

DELL art
ASSOCIAÇÃO DE ARTISTAS

DECLARAÇÃO

026

A Companhia Alma Dell 'Art com sede a Rua Santos Dumont, 103, Horto, Betim MG, CNPJ 04.712.715/0001-28, na pessoa de seu diretor presidente, Emanoel Geraldo da Silva, inscrito no CPF 828.783.906-87 **DECLARA**, declara para todos os fins que não possui em seu quadro de funcionários:

I - Não contratará, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, da Administração Pública do Poder Executivo estadual, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e

II - Não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos da parceria:

a) membro de Poder o titular de cargo estrutural à organização política do País que exerça atividade típica de governo, de forma remunerada, como Presidente da República, Governadores, Prefeitos, e seus respectivos vices, Ministros de Estado, Secretários Estaduais e Municipais, Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Vereadores, membros do Poder Judiciário e membros do Ministério Público;

b) servidor ou empregado público, inclusive àquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, da administração pública direta e indireta dos entes federados, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

c) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau de servidor ou empregado público do órgão ou entidade estadual parceiro, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e

d) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

III – que não possui vínculo funcional ou contratual, com servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerce cargo em comissão ou função de confiança e/ou integra de forma direta ou indireta no processo seletivo em tela, ou seja, no presente certame.

Sem mais para o momento,

Betim, 19 de janeiro de 2026

EMANOEL GERALDO DA SILVA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF 828.783.906-87
31-99871.45.71

04 712 715/0001-28
COMPANHIA ALMA DELL'ART
Rua Santos Dumont, 103
Horto - CEP 32604-126
B - I M - M G

CONFERE COM ORIGINAL

DELL art
ASSOCIAÇÃO DE ARTISTAS

DECLARAÇÃO

027

A Companhia Alma Dell 'Art com sede a Rua Santos Dumont, 103, Horto, Betim-MG, CNPJ 04.712.715/0001-28, na pessoa de seu diretor presidente, Emanoel Geraldo da Silva, inscrito no CPF 828.783.906-87 **DECLARA**, declara para todos fins que não possui, em sua cadeia produtiva empregado executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III doa art. 5º da Constituição Federal, e que atende à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação conforme disposto no art. 93 da Lei nº8.231/1991.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para demais esclarecimentos.

Betim, 19 de Janeiro de 2026

EMANOEL GERALDO DA SILVA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF 828.783.906-87
31-99801.45.71

Emanoel Geraldo da Silva
Diretor - Presidente
Cia Alma Dell'Art

04 712 715/0001-28
COMPANHIA ALMA DELL'ART
Rua Santos Dumont, 103
Horto - CEP. 32604-126
B TIM - MG

CONFERE COM ORIGINAL

DELL art
ASSOCIAÇÃO DE ARTISTAS

028

Ilmo. Sr.
Tomadores de Serviço da Companhia Alma Dell Art

Companhia Alma Dell Art com sede na Rua Santos Dumont, 103, inscrita no CNPJ sob o Nº 04.712.715/0001-28 DECLARA à Todos os tomadores de serviço desta companhia, para fins de não incidência na fonte do IR, da CSLL, da Cofins, e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é entidade sem fins lucrativos de caráter Cultural, a que se refere o art 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos, cumulativamente:

a) é entidade sem fins lucrativos;

b) presta serviços para os quais foi instituída e os coloca à disposição do grupo de pessoas a que se destinam;

c) não remunera, por qualquer forma, seus dirigentes por serviços prestados;

d) aplica integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais;

e) mantém escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;

f) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e

g) apresenta anualmente Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);

II - o signatário é representante legal desta entidade, assumindo o compromisso de informar à RFB e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Betim, 06 de Novembro de 2023

Emanoel Geraldo da Silva
Presidente
CPF 828.783.906-87

Anderson Ferreira Ribeiro
CRC MG094178/O-0
RG 3.976.931

CONFERE COM ORIGINAL

DELL art
ASSOCIAÇÃO DE ARTISTAS

Ilmo. Sr.
Tomadores de Serviço da Companhia Alma Dell Art

A Companhia Alma Dell Art, com sede na Rua Santos Dumont, 103, inscrita no CNPJ sob o Nº 04.712.715/0001-28, declara sob penas da lei, que a contratante está dispensada de efetuar a retenção do INSS, pois os serviços Prestados por esta companhia são prestados pelos próprios sócios, na condição de profissão regulamentada por legislação federal, sem o concurso de empregados ou outros contribuintes individuais (art. 120, inciso III da Instrução Normativa RFB nº 971 de 17/11/2009 – DOU de 17/11/2009).

Betim , 06 de Novembro de 2023

Emanoel Geraldo da Silva
Presidente
CPF 828.783.906-87
RG 3.976.931

Anderson Ferreira Ribeiro
CRC MG094178/O-0

DELL art
ASSOCIAÇÃO DE ARTISTAS

CONFERE COM O ORIGINAL

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMPANHIA ALMA DELL'ART
- Desde 1984 –

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS – BETIM-MG

CAPÍTULO I
DA CONSTITUIÇÃO, SEDE, FINS E PRAZO.

Art. 1º- A Companhia Alma Dell'Art, também denominada "Dell' Art" é uma associação artística, cultural, recreativa, esportiva, de projetos de educação ambiental, projetos com foco no turismo, de assessoria, planejamento, pesquisas, estudos sociais, constituída em Betim/MG em 27 de março de 2001, como sociedade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos regido pelo presente estatuto e pela legislação aplicável.

Parágrafo Único: A" "Dell'Art", inscrita no CNPJ 04.712.715/0001-28, com Inscrição Municipal sob o número 94680001, tem sede e foro á rua Santos Dumont, 103, Horto, Cep 32.604-126, nesta cidade de Betim, Minas Gerais, podendo atuar em todo o território nacional e internacional. E, no atendimento de interesses maiores poderá estabelecer filiais, correspondentes, representantes, grupos ou escritórios, escolas de qualquer segmento artístico em âmbito de capacitação, formação e técnico em qualquer local do país ou em território estrangeiro, respeitando as legislações específicas.

Art. 2º- O prazo de duração da instituição será por tempo indeterminado.

Art. 3º - No desenvolvimento de suas atividades, a instituição observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo, gênero ou religião.

Parágrafo único: ***objetivos da Companhia Dell' Art serão voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública*** **de interesse social e de utilidade pública para todos os efeitos legais".**

I – A **"Dell'Art"** desenvolverá suas atividades como seus associados por meio da elaboração, promoção, produção, divulgação, execução, representação, eventos, firmar contratos, representação em licitação ou contratação por dispensa e inexigibilidade, patrocinar, desenvolver e criar projetos e programas, palestras, cursos e oficinas, captação de recursos, busca de patrocínios, apoios financeiros, permutas para: projetos, programas ou eventos de cultura, arte, esporte, recreação, lazer, lúdico, meio ambiente, cursos, ação educacional, conservação, construção e manutenção de espaços artístico-culturais- esportivos, prestação de serviços de quaisquer natureza nas áreas da arte, cultura, biblioteca comunitária, esporte, geração de renda, meio ambiente, turismo entre outros e, desenvolvidos, executados e administrados por si, ainda da promoção da assistência social, projetos de geração de renda e economia solidária, como criação e ou manutenção de equipamentos-espaços, incubadoras de projetos e da execução direta de projetos nas áreas acima mencionadas com e para seus associados;

II – As atividades artísticas, educacionais, culturais, esportista, educação ambiental, sociais e educacionais e congêneres estarão em destaque em suas ações;

III – Promover a defesa dos Direitos Humanos, promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

IV - Atender idosos de ambos os sexos, em vulnerabilidade social ou econômica; estabelecer mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento; assegurar os direitos da pessoa idosa, criança e adolescente de forma a preserva-lhes a saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade;

VI – Desenvolver projetos, programas e ações, estruturadas nos termos da legislação vigente, serviços de atenção em regime residencial e transitório, incluídas as comunidades terapêuticas que prestem ao SUS serviços de atendimento e acolhimento, como, em todas áreas da saúde;

Averbado sob o nº 3039
Betim, 22 / 12 / 2023
R.T.D.P.J - BETIM / MG
CONFERE COM ORIGINAL

VII - Projetos com ações e serviços de promoção da saúde, com as atividades voltadas para redução de risco à saúde, tratamentos e acompanhamentos;

VIII – Promoção de projetos, programas, serviços ou ações sócia assistenciais, sem qualquer exigência de contraprestação dos usuários, com o objetivo de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e de promoção da sua inclusão à vida comunitária, no enfrentamento dos limites existentes para as pessoas com deficiência, de forma articulada ou não com ações educacionais ou de saúde;

IX – Criar e executar projetos, programas e ações na área da educação básica em tempo integral a jornada escolar e, que compreendam, tanto o tempo em que o aluno permanece na escola como aquele em que exerce atividades escolares em outros espaços educacionais; Fundar e manter creches, abrigos para crianças/adolescentes e instituições para idosos, de acordo com os parâmetros estabelecidos na legislação aplicada, conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, visando contribuir com uma sociedade mais justa e igualitária

X - Desenvolver projetos, programas, serviços, ações, campanhas, contrações de terceiros que fomentem todos os seguimentos e áreas do sistema de saúde e seus benefícios, em especial as políticas públicas, econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos, como idem ao tratamento das mesmas. Colaborando na implantação de estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação, nos termos da Lei legislação vigente.

XI - Para cumprir seu propósito a " Dell Art" atuará por meio da execução direta de projetos, programas ou planos de ações, da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviço intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins.

XII - Promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar. Propor projetos, programas e campanhas educativas alertando e fazendo defesas para que nenhuma pessoa idosa, criança e adolescente sejam objetos de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão. Buscando valer a legislação e direitos;

XIII - Elaborar organização e pesquisar métodos que contribuem para a implantação e ou manutenção de políticas públicas que tenham a mulher, a criança, o idoso e a família, comunidades indígenas, LGBTQIAPN+ como pauta;

XIV - estudos e pesquisas para o desenvolvimento, a disponibilização e a implementação de tecnologias voltadas à mobilidade de pessoas, por qualquer meio de transporte. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

Parágrafo único. Para os fins deste item, a dedicação às atividades nele previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

CAPÍTULO II
Das finalidades e Objetivos

Art. "4º - A Companhia Alma Dell Art" tem por finalidades divulgar, promover e produzir atividades, projetos e programas em todas as suas formas e manifestações com seus artistas, técnicos, arte-educadores, esportistas, educadores, artesãos e demais profissionais destas áreas, associados, com objetivo principal em desenvolver eventos , ensinos e demais ações artísticas, culturais, esportivas, educacionais e sociais voltadas ao público em geral. O objetivo principal será o fomento destas ações incluindo a capacitação e formação dos associados, para alcançar seus objetivos a "Dell' Art" irá:

I – Promover a difusão e produção teórica e prática da: arte, cultura, turismo, esporte, educação ambiental, geração de renda, projetos sociais e educacionais;

II - Promover programas e projetos voltados para a formação, capacitação e aperfeiçoamento de profissionais especializados nas áreas supracitadas;

III - Incentivar e promover por si ou em virtude de convênio, contrato ou parcerias com outras instituições, empresas ou poder púbico para os exercícios de suas atividades;

Averbado sob o nº 3039
Betim, 22/12/2023
R.T.D.P.J - BETIM / MG
CONFERE COM ORIGINAL

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS - BETIM-MG

IV – Realizar parcerias e convênios com órgãos ou entidades nacionais ou estrangeiras, para execuções de projetos ou atividades de interesses mútuos, nas áreas mencionadas;

V - Manter intercâmbio com instituições congêneres do país e do exterior;

VI - Promover estudo, pesquisa e divulgação de suas atividades, das atividades dos associados, das comunidades onde os projetos estão ocorrendo e atividades de outras instituições públicas ou privadas;

VII - Propagar-se por todos os meios de comunicação e formas de linguagens, inclusive a criação, sites, revistas, jornal e outros meios de divulgação. Focando na divulgação das atividades dos artistas associados e nos produtos dos artesãos associados;

VIII – Apresentar projetos dos artistas, arte educadores e dos artesãos as entidades e organizações sociais, religiosas, cooperativas, fundações, órgãos públicos e privados, dentre outros, com objetivo de cooperar, coordenar, planejar e produzir suas atividades e realizar parcerias;

IX – Promover, com seus associados, nas áreas mencionadas neste estatuto, o desenvolvimento de atividades relacionadas á valorização do trabalho, sua capacitação e da formação da geração de renda, através de ações, indivíduos ou grupos;

X – Patrocinar, apreciar e divulgar estudos, conferências, simpósios e reuniões que tratam de problemas e soluções nas áreas mencionadas neste estatuto;

XI – Representar os associados e as entidades, em juízo bem como perante o poder público e empresas diversas, pleiteando o reconhecimento ou criação de direitos. E, representa-los nos atos de contratação;

XII – Desenvolver, com seus associados, cursos, oficinas, programas, projetos, palestras e iniciativas diversas que visem à educação, formação, capacitação, qualificação e aperfeiçoamento profissional em todas as áreas;

XIII – Desenvolver, planejar, organizar, assessorar e executar, em geral, cursos, aperfeiçoamento e atividades de formação, educação, qualificação, habilitação, produção cultural, lazer, esporte, recreação, meio ambiente e turismo, bem como a produção, transporte, comercialização e fomento das atividades das entidades associadas, artistas e grupos culturais;

XIV – Entrosar-se com organismos públicos ou não, nacionais ou estrangeiros que se dediquem aos objetivos da Companhia Alma Dell' Art;

XV - Representar, assessorar, empresariar, os associados em licitações quando houver, ou não, inviabilidade de competição conforme legislação pertinente e em vigência.

XVI - Ser interveniente e representantes em contrato comercial dos associados em licitações, editais, contratações, apresentando e oferecendo seus serviços e produtos de todas as naturezas para fins de contratação e ou compra em processos de dispensa, de inexigibilidade;

XVII - Incentivar o desenvolvimento e implantação de certificação, de produção e origem, para a exportação e comercialização de serviços e produtos dos associados e promover a imagem dos associados no Brasil e no Exterior;

XVIII - Firmar convênios e contratos com instituições para captação de recursos para o atendimento das necessidades da Companhia Alma Dell' Art e de seus associados;

XIX - Criar e manter em um espaço com diversas incubadoras de projetos referentes os segmentos e áreas propostas pelos associados, um espaço cultural e uma cafeteria temática artisticamente;

XX - Propor projetos que possa facilitar o turismo em suas áreas de atuação;

XXI - Criação de uma biblioteca comunitária e de projetos de acesso à leitura e ao letramento;

XXII – Promoção, defesa, preservação, conservação e sustentabilidade do meio ambiente;

XXIII – Elaborar, desenvolver, executar, prestar contas, representar os associados, oferecer atividades, ações, eventos, programas, projetos de ensino, oficinas, cursos, ou exibição ou espetáculos ou de shows, serviços técnicos, de promoção, serviços de produção e artísticos nas áreas e segmentos: de atividades de exibição cinematográfica; shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres; artes cênicas, espetáculos e atividades complementares necessários à produção destes projetos; atividades de recreação e lazer; assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações em todas as atividades previstas neste estatuto; serviços de apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres; atividades de animação e recreação em festas e eventos; espetáculos teatrais; espetáculos circenses; produção de espetáculos de dança; atividades de produção de fotografias; serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas; atividades de sonorização e de iluminação; competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador; produção e promoção de eventos esportivos; gestão de espaços para artes cênicas, circenses, artes visuais,

CONFERE COM O ORIGINAL

Averbado sob o nº 3039
Betim, 22/10/2023
RTDPJ BETIM/MG

artes plásticas, musicais e quaisquer outras manifestações artísticas e culturais, espetáculos e outras atividades artísticas; ensino de arte e cultura não especificado anteriormente; atividade de blocos carnavalescos; atividades de produção e promoção de bandas, grupos musicais, orquestras e outras companhias musicais, teatrais, circenses, capoeiristas; serviços de dublagem; restauração de obras de arte; atividades de bibliotecas e arquivos; atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão; atividades de artistas plásticos; atividades de escritores; atividades literárias; intermediação na aquisição de direitos autorais de obras literárias e edição de livros; produção de espetáculos e Oficinas circenses, teatro de boneco, fantoches, de marionetes; atividades, projetos e ações de artistas plásticos, jornalistas independentes, escritores; restauração e conservação de lugares e prédios históricos realizados por artistas, artesãos ou profissionais da arte e cultura; atividades de rádio, como, locução, edição ou outras atividades; atividades de gravação de som e de edição de musica; Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão, atividades de apresentadores de programas de televisão e rádio, serviços de mixagem sonora em produção audiovisual; atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão; produção de filmes para publicidade; serviços em estúdios cinematográficos; reprodução de som em qualquer suporte; reprodução de vídeo em qualquer suporte; serviços de mixagem sonora em produção audiovisual; Serviços de artistas de Web design; locação de equipamentos recreativos e esportivos; ensino de esportes; ensino de dança; ensino de artes cênicas; ensino de arte e cultura em todos os segmentos e áreas das artes e da cultura; ensino de música; locação de equipamentos, materiais, instrumentos e demais técnicas nas áreas de som, iluminação cênica, cenário, adereços, locação e fabricação artesanal de equipamentos e materiais circenses e teatrais; serviços cenotécnicos, como cenário, adereços, figurinos, efeitos especiais pa as artes cênicas , circenses entre outros segmentos; serviços técnicos, assistentes e auxiliares técnicos para o cinema, teatro, televisão e outros segmentos artísticos; serviços técnicos de assessoria, assistente, auxiliar administrativos, produção executiva de projetos artísticos e culturais de todos os segmentos e áreas artísticas e culturais; elaboração e execução de serviços para a cultura popular, como a capoeira, folia de reis, congado, entre outros.

XXIV – Elaboração de projetos dos artistas, técnicos, arte educadores, artesãos em diversas áreas culturais, artísticas, educacionais, esportistas, meio ambiente, social: assessorias artísticas, pedagógicas e técnicas, captação de recursos, apoios financeiros, patrocínios, permutas para execução e realização destes projetos, prestação de contas dos mesmos.

XXV – Apresentar projetos nas áreas de logísticas e produção cultural como transporte de equipes de técnicos, artistas, equipamentos, instrumentos, cenários, matérias e outras necessidades para a execução e realização de seus projetos em todos os segmentos;

XXVI – Agenciar serviços de alimentação, hospedagem, transporte para equipes de artistas e técnicos e demais profissionais na execução, elaboração ou realização dos projetos, em todos os segmentos, dos artistas, arte educadores, artesãos associados;

XXVII – Produção, elaborar e executar cursos e eventos nas áreas de ensino de arte e cultura e ensino de arte e cultura não especificado anteriormente, atividades de apoio à educação;

XXVIII – Realizar manutenção, através dos artistas associados, de obras de artes especiais e demais classificações, restauração de obras de arte;

XXIX – Executar atividades de artistas plásticos, atividades literárias, atividades de escritores, atividade de equipamento de som e luz com operador e técnico;

XXX – Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares;

XXXI – Análise de organização e métodos;

XXXII – Executar e elaborar auditoria e consultoria atuarial;

XXXIII – Atividades de administração em geral, serviços combinados de escritório e apoio administrativo, atividades de consultoria contábil e tributária;

XXXIV – Produção de processos de seleção e agenciamento de mão-de-obra;

XXXV – Colaborar com os associados em outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente;

XXXVI – Elaboração e execução de tradução, interpretação e similares;

XXXVII - Produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares,

XXXVIII – Produção e promoção de eventos esportivos;

XIL - Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas;

Averbado sob o nº 3039
Betim, 22/12/2023
RTDPJ - BETIM / MG

CONFERE COM ORIGINAL

XL– Elaboração e execução de projetos de guarda de piscina, segurança, salva vidas e outros profissionais para projetos esportivos, eventos, recreação em piscinas, lagos e similares;
XLI – Produção de edição de site, banco de dados e software sob encomenda
XLII – Criar, gerenciar, administrar programas, ações, projetos com finalidade principal a elevação da qualidade de vida humana por meio de assistência e atendimento à população na área da saúde, da assistência social, incluindo a promoção de atividades científicas, culturais, educacionais e literárias nas áreas de saúde, meio-ambiente, cidadania e desenvolvimento socioeconômico;
XLIII – Trabalhar para criar, instituir e operar projetos, programas e benefícios de assistência à saúde, inclusive odontológicos, proporcionando as comunidades atendidas, assistência à saúde, nas formas disciplinadas a legislação vigente;
XLIV – Contribuir para a defesa e melhoria do Sistema Único de Saúde junto às autoridades governamentais, Órgãos e Instituições Públicas Federais, Estaduais e Municipais, da Administração direta e indireta e das Fundações mantidas pelo Poder Público, incluídas as de controle de qualidade, pesquisa e produção de insumos, medicamentos, inclusive de sangue e hemoderivados, e de equipamentos para saúde, entidades, associações, formadores de opinião, entre outros;
XLV – Celebrar convênios e parcerias visando ao fomento da saúde e em benefício do SUS – Sistema Único de Saúde e sistema privado;
XLVI – Executar Assessoria à gestão hospitalar, representar , providenciar e prestar serviço de locação de equipamentos e móveis para hospitais, locação de equipamentos médico-cirúrgico hospitalares; aluguel de, locação de equipamentos e móveis para hospitais, atividades de sociedades de médicos autônomos em unidades hospitalares e consultórios de terceiros desenvolver atividades de representar e ou contratar médicos autônomos em unidades hospitalares e consultórios de terceiros; Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente, outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente, planejar, administrar, gerenciar atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente, prestar serviços de consultoria e assessoria na área de saúde e outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente, gerir contração e administração de gestão na saúde perpassa como escalas médicas, escalas médicas e pagamento dos médicos (individual ou não); insumos horas médicas e exames (execução de serviços médicos e material). Ainda, a ordenação da formação de recursos humanos na área de saúde;
XLVII – Em todas suas atividades nas áreas da saúde obedecer aos princípios do SUS, e colaborar com universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência; integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema; preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral; igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie; direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde; divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário; utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática; participação da comunidade;
XLVIII - Assinar contratos com prestadores de serviço hospitalares, prestadores de serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, clínicas ambulatoriais e profissionais de saúde ou pessoas jurídicas que prestam serviços nas áreas da saúde, educação e assistência social, como nas demais áreas previstas neste estatuto.

§ 1º Todos os serviços previstos neste artigo, que tiverem recursos públicos, propostos, elaborados e produzidos pela **"DELL' ART"** para projetos de cunhos filantrópicos, programas de assistências sociais, direcionados as comunidades mais carentes e em situação de vulnerabilidade serão prestados de formas gratuitas

§ 2º - A execução dos exercícios, atividades, projetos e programas, dos mesmos, obedecerem o disposto no art. 1º, § 1º, da Lei Federal nº 9.790/99, ou seja: finalidade não lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades.

CAPÍTULO III
Da organização

Art. 5º - Da estrutura orgânica da Companhia Alma Dell' Art.

CONFERE COM ORIGINAL
Averbado sob o nº 3039
Betim, 22/12/2023
RTDPJ - BETIM / MG

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
BETIM-MG

I - Assembleia Geral;

§ 1º - Para auxiliar as atividades gerenciais e executivas da Companhia Alma Dell Art, poderão ser criados departamentos, assessorias, comissões, cargos cuja competência dos novos órgãos e as atribuições dos respectivos dirigentes serão detalhadas no Regimento Interno que, aprovado pela Assembleia Geral, disciplinará o seu funcionamento;
§ 2º - São de exercício gratuito os cargos da Diretoria Executiva, não podendo seus titulares perceber qualquer tipo de pagamento, distribuição de receita, bonificações, nenhuma forma de salário, Pró-Labore, jeton e vantagens para os exercícios de suas funções na administração executiva e fiscal desta associação. Ainda, não distribui entre os seus sócios ou associados, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva.
§ 3º- Os cargos da estrutura básica serão preenchidos por eleição ou aclamação em assembleia geral específica, admitindo-se para qualquer deles a reeleição.

CAPÍTULO IV
Dos Associados, seus direitos e deveres.

Art. 6º - A Companhia Alma Dell' Art, compõe-se de ilimitado número de associados de pessoas físicas e jurídicas com afinidades de serviços e produtos previstos neste estatuto e, que, no ato da instituição comprometer-se-ão a aceitar as obrigações prescritas neste Estatuto, no Regimento Interno e nas normas a ele vinculado;

§ 1º Os associados não respondem nem mesmo, subsidiariamente pelas obrigações e compromissos assumidos financeiramente e, ou socialmente, pela Companhia Alma Dell' Art, em suas atividades administrativas direcionadas a seu funcionamento;
§ 2º O associado será responsável, unicamente e diretamente, pelos serviços e produtos, que fornecer a terceiros. No que se refere á execução, produção, compromissos, disciplinas, prestação de contas, qualidade, direito e encargos trabalhistas, tributários, sociais e judiciais;
§ 3º O associado receberá assessoria completa para divulgação, elaboração, execução e prestação de contas para seus serviços e produtos, desde que pactuado no projeto ou contrato avençado;
§ 4º O Associado é proprietário, exclusivo, das propriedades intelectuais, autorais, conexos, industriais e proteção *sui generis* de seus projetos e propostas;

I- O Associado é responsável pela elaboração, execução, pedagógica e metodológica de seus projetos, propostas e prestação de serviços;
II- O Associado só executará projetos, propostas, oficinas, cursos, aulas, shows, espetáculos, prestação de serviços, entre outros contratados após revisar ao plano de trabalho pedagógico e metodológico a seu perfil de trabalho;
III- A execução dos projetos, projetos, propostas, oficinas, cursos, aulas, shows, espetáculos, entre outros serviços, deverão ser realizados em espaços e condições analisados e aprovados pelo associado e com garantia da execução destes em sua ausência;
IV- Os projetos, propostas, oficinas, cursos, aulas, shows, espetáculos, prestação de serviços, entre outros contratados, serão executados pelo associado em cronograma de tempo aprovado, onde o tempo para início, carga horária, hora e dia de execução fica a cargo exclusivo do associado;
V- O associado responde, objetivamente, pelas obrigações previstas de seus projetos ou prestação de serviços individualmente;
VI- O Associado, na execução de seu projeto e prestação de serviços, sob a interveniência da Companhia Alma Dell' Art, assume total responsabilidade sobre sua segurança, saúde, recolhimento de impostos, tributos e taxas previstas nas legislações cabíveis,

Averbado sob o nº 3030
Betim, 22/12/2023

CONFERE COM ORIGINAL

como as despesas de custeios de emissão de documentos contábeis, jurídicos, administrativos, operacionais quando houver;

VII- O Associado não é subordinado à diretoria executiva ou a funcionários da Companhia Alma Dell Art;

Art. 7º - Os associados se dividem em quatro categorias como se segue:
a) Fundadores; b) Militantes; c) Beneméritos; d) Contribuintes.

§ 1º - Fundadores serão considerados os associados mencionados constantes do art. 43 deste estatuto;
§ 2º - Militantes serão considerados os que se associarem a Companhia Alma Dell Art com a finalidade de apresentar projetos, de ser representando por esta associação, de oferecer seus serviços e produtos, atuando diretamente ou indiretamente com a Companhia Alma Dell Art, sob taxa de administração, regulamentada em Regimento Interno de dois em dois anos. Não contribuirão com mensalidades ou anuidades;
§ 3º - Beneméritos serão os que prestarem relevantes serviços à Companhia Alma Dell Art;
§ 4º - Contribuintes serão os que contribuem, mensalmente, financeiramente com a instituição e têm ligação direta nos projetos e atividades da Companhia Alma Dell Art previstas neste estatuto;
§ 5º - A Taxa de administração não inclui valores previstos sobre determinados serviços no tocante a impostos, tributos e taxas em legislação cabível e, a mesma, não é entendida como contribuição mensal. Ela é para despesas e desenvolvimento de serviços administrativos a serviços executados.

Art. 8º- São direitos dos associados quites com suas obrigações sociais:

I - Frequentar a Companhia Alma Dell' Art em suas reuniões públicas e as atividades para as quais estejam autorizados;
II - Propor admissão de novos associados, que serão submetidos á diretoria;
III - Votar e ser votado para os cargos eletivos, sendo associados Contribuintes ou Fundadores;
IV – Participar da Assembleia Geral, discutir os assuntos da ordem do dia. Os Contribuintes e Fundadores tem direitos a votos e apresentar propostas, os demais associados tem o direito de apresentar propostas;
V - Solicitar assessoria e/ou orientação acerca de serviços contábeis, jurídicos, produção e promoção de seus serviços e produtos, bem como de outros, oferecidos ou de conhecimento da Companhia Alma Dell Art objetivando ao melhoramento ou expansão;
VI – Solicitar serviços de elaboração e assessoria em contratos, em projetos, recibos, declarações, atestados de capacidade técnica, entre outras necessidades de gestão contábil e jurídica;
VII – Fazer uso da documentação e currículo da Companhia Alma Dell' Art para se inscreverem em processos de licitações, convênios, parcerias e ou editais diversos;

Art. 9º- São deveres de todos os associados:
I – Cumprir as disposições estatutárias, o Regimento Interno;
II – Acatar as decisões da Diretoria;
III – Assumir todas as responsabilidades e encargos trabalhistas, judiciais e tributários referentes aos seus serviços prestados e produtos comercializados a terceiros sob patronato ou interveniência da Companhia Alma Dell' Art;
IV – Ter conhecimento dos trâmites, normas e regulamentos de funcionamento do administrativo e gerenciamento da Companhia Alma Dell' Art, como da gestão financeira que estiver ligado direto e unicamente ao seu projeto;
V – Responsabilizara, diretamente, pelos serviços e produtos prestados e/ou comercializados, perante aos clientes, patrocinadores, apoiadores, parceiros e Órgãos da Administração Pública;
VI – O associado responderá judicialmente e extrajudicialmente pelos serviços não prestados ou prestados com defeitos, bem como pela parte que lhe couber nas prestações de contas realizadas em desacordo com contrato, editais, convênios firmados entre a Companhia Alma Dell Art e terceiros em beneficio ao associado;
VII – Será responsável, único e direto, em restituir quaisquer verbas, patrocínios, erário público, pagamentos ou outra forma de ganho recebido por projeto ou atividade não executadas, ou executados de forma irregular ou com defeito;

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS - BETIM/MG
Averbado sob o nº 3030
Betim, 22/12/2023
R.T.D.P.J. BETIM / MG
CONFERE COM ORIGINAL

VIII - Assinar concomitante com a Companhia Alma Dell' Art todos os contratos, convênios e demais documentos de parcerias e prestação de contas, cuja prestação esteja vinculada, se responsabilizando pela execução operacional e pedagógica dos mesmos;

Art. 10º - Todos os associados poderão lançar chapas para concorrerem a cargos para diretoria executiva, desde que:

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS - BETIM - MG

I – Tenha no mínimo vinte e quatro meses de filiação;
II – Seja associado na modalidade "Contribuinte" ou "Fundador" da Companhia Alma Dell Art;
III – Tenha o nome aprovado pela Assembleia Geral como associado contribuinte no mínimo doze meses;
IV - Seja maior de dezoito anos;
V – Não tenha restrição junto ao serviço de proteção ao crédito e Receitas Públicas;

Parágrafo Único: Não poderão ser eleitos ou se candidatar para os cargos de Diretoria ou compor departamentos desta Companhia o associado que exercer cargos ou empregos públicos;

Art. 11 - O associado não se obriga a dar exclusividade para Companhia Alma Dell' Art

Art. 12 - O associado poderá se desassociar a qualquer momento, por vontade própria, apresentando carta de desfiliação. Contudo, responderá pelas obrigações contraídas no tempo em que foi associado, na forma da lei.

Parágrafo Único: Será passivo de exclusão o associado que tentar gravemente contra a entidade, após lhe ser dado pleno direito de defesa e submetido à apreciação da Assembleia Geral. Sendo excluído, o associado terá que restituir à Companhia alma Dell Art, ou as instituições parceiras toda documentação, material e equipamento que estiver sob sua guarda e responsabilidade, sob pena de responder por perda e danos.

Art. 13 - A inscrição de um novo sócio na Instituição passará pelos seguintes trâmites:

I - Preenchimento de uma ficha de proposta via Site ou pessoalmente, que passará por avaliação. A ficha de cadastro deve ser atualizada de dois em dois anos;
II- Apresentação de currículo e quando for o caso proposta de projetos;
III – Entrega de documentação solicitada na ficha de inscrição;
IV – Assinatura do "Termo de Compromisso/Regulamento Interno de Associado" perante a Companhia Alma Dell Art;
V – Pagamentos das mensalidades ou taxas administrativas conforme a situação da categoria do associado;

CAPÍTULO V
Dos Órgãos que compõem a estrutura básica

Seção I - Da Assembleia Geral

Art. 14 - A Assembleia Geral, órgão soberano da Companhia Alma Dell' Art é constituída por todos dos os associados em pleno gozo de seus direitos estatutários e, respeitando os direitos de cada categoria no tocante a votos e manifestação. Os Associados Fundadores e Contribuintes têm poderes para ratificar ou retificar qualquer ato de administração e reformar o presente Estatuto e de tomar deliberações de conformidade com as leis vigentes e com este Estatuto. As demais categorias de associados têm o direito de manifestações, falas, proporem projetos, apresentarem sugestões e mudanças.

§ 1º - A Assembleia Geral será precedida de convocação mediante avisos afixados em locais visíveis da Instituição, com no mínimo dez dias de antecedência;
§ 2º- Caso não haja maioria dos sócios na primeira convocação a Assembleia deliberará em segunda convocação, meia hora após com os associados presentes;
§ 3º- A presença do associado será registrada em ata, que será em folha avulsa digitalizada, não sendo admitido à participação por mandato representativo;

Averbado sob o nº 3930
Betim, 22 / 12 / 2025
CONFERE COM ORIGINAL
R.T.D.P.J - BETIM / MG

§ 4º - A Assembleia Geral será sempre aberta pelo Presidente da Dell' Art ou por seu substituto legal, com comunicação antecedente;
§ 5º - Não havendo representante da diretoria executiva, a reunião será presidida pelo associado mais antigo presente, cabendo a este convidar um dos presentes para secretariar a reunião;
§ 6º - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pela maioria simples (metade mais um) dos votos presentes, por aclamação ou por escrutínio secreto ou aberto e constarão em ata (folha avulsa digitalizada) que será discutida e aprovada na mesma sessão e assinada pelo presidente da "Dell' Art";
§ 7º - O Edital de convocação deve conter as informações de pauta, local, data, horário da reunião da Assembleia Geral e assinatura de um dos diretores da diretoria executiva ou de dois associados fundadores e/ou contribuintes.

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS - BETIM/MG

Art. 15 - Compete a Assembleia Geral:

I - Eleger ou destituir a Diretoria;
II - Decidir sobre a reforma e ou alteração do Estatuto (em parte ou todo) e das normas e regulamentos internos da Instituição e seus departamentos, conforme as diretrizes estatutárias desta associação;
III - Decidir sobre a extinção da Instituição e o destino do patrimônio, nos termos deste Estatuto e de acordo com a legislação e vigência;
IV - Decidir sobre a conveniência de alocar, transigir, hipotecar ou permutar qualquer bem do patrimônio da Instituição.
V - Aprovar o Regimento Interno.

Art. 16 - A Assembleia Geral se reunirá:

§ 1º - Ordinariamente uma vez a cada seis (06) meses para:

I - Apreciar o relatório semestral da Diretoria Executiva e Departamentos;
II - Discutir e deliberar sobre contas e balanço aprovado pela assembleia geral;
III - Avaliar a atuação da Diretoria;
IV-Direcionar as atividades da Instituição definindo objetivos e apresentando diretrizes que nortearão a política de atuação da mesma.

§ 2º - Extraordinariamente, sempre que convocada, para:
- **I**- Eleger e/ou destituir membros da Diretoria Executiva ou de outros órgãos;
- **II**- Deliberar sobre alteração estatutária;
- **III**- Discutir e aprovar o Regimento Interno;
- **IV**- Outros assuntos não previstos neste artigo.

Art. 17 - A Assembleia Geral deverá se reunir quando convocada:
- **I** - Pela Diretoria;
- **II** - Por solicitação de no mínimo quatro1/5 dos associados quites com as obrigações sociais.

Art. 18 - A Instituição adotará prática de gestão administrativa, necessárias e suficientes, a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.

Seção II - Da Diretoria Executiva

Art. 19 - O órgão executivo da Instituição é a Diretoria Executiva, eleita a cada 8 (oito) anos em Assembleia Geral entre os associados, conforme art. 10 deste estatuto, podendo à mesma ser reeleita ***ad infinitum*** no todo, ou em parte:

Averbado sob o nº 3039
Betim 22/12/2023
R.T.D.P.J - BETIM / MG
CONFERE COM ORIGINAL

§ 1º - A Diretoria Executiva desenvolverá suas atividades por meio de frações, departamentos e ou seções, podendo cria-los, suprimi-los ou subdividi-los de acordo com as necessidades da Instituição e seus dirigentes nomeados segundo o Regimento Interno;

§ 2º - A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada 06 (seis meses) ou extraordinariamente quando convocada pela assembleia geral.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS - BETIM-MG

Art.20 - A Diretoria Executiva será assim constituída de:

a) Um Diretor - Presidente; **b) Um Diretor Financeiro e Administrativo;**

Art. 21 - São atribuições da Diretoria:

I - Fazer cumprir os objetivos da Instituição;
II - Manter as condições básicas de funcionamento administrativo e operacional da Instituição;
III - Apresentar Assembleia Geral a programação e proposta de trabalho e dirigir todas as atividades da "Dell' Art";
IV - Realizar a movimentação financeira da Instituição por meio do Diretor-Presidente;
V - Elaborar o Regimento Interno;
VI - Elaborar o orçamento semestral que deverá ser aprovado pela Assembleia Geral ;
VII - Elaborar e divulgar a relação dos associados efetivos;
VIII - Contratar pessoas físicas ou jurídicas para as atividades necessárias, contratar, fixar salários e demitir empregados do quadro de pessoal da "Dell'Art";
IX - Determinar a data, lugar e hora da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária;
X - Resolver os casos omissos neste Estatuto;
XI - Defender a sua autonomia e da Instituição;
XII- Representar os associados perante seus contratantes;

Art. 22 - Ao Diretor Presidente compete:

a) Representar a Instituição em juízo e fora dele, ativa e passivamente ou designar representantes:
b) Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
c) Presidir a Assembleia Geral;
d) Convocar e presidir as reuniões de Diretoria;
e) Assinar documentos contábeis, administrativos, contratos, convênios, plano de trabalho, entre outros de interesse da associação e ou dos associados;
f) Submeter à aprovação da Assembleia Geral as propostas de modificação orçamentaria estatutária;
g) Delegar atribuições, despachar o expediente;
h) Decidir assuntos urgentes, *ad referendum*;
i) Representar a Instituição em todas as circunstâncias em que sua presença se fizer necessária ou solicitada ou nomear representante (em impedimento);
j) Assinar cheques ou outros documentos de cunho financeiro;
k) Rubricar livros e documentos da Instituição. Exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas pela Assembleia Geral;
l) Responsabilizar-se pela divulgação, publicidade, propaganda e relações públicas da Instituição assim como de suas produções e promoções;
m) Tratar da edição de boletins informativos ou qualquer publicação da Companhia Alma Dell' Art;
n) Orientar e colaborar com os demais diretores em suas atribuições;
o) Dirigir os projetos, programas, espaços e incubadoras da Companhia Alma Dell Art;
p) Contratar advogados ou representante Jurídico, sob sua livre escolha, dentre cidadãos formados em Direito e devidamente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.
q) Exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas pela Assembleia Geral;
r) Na vacância do cargo deverá ocorrer nova eleição em até 30 dias. As funções serão assumidas pelo Diretor Administrativo e Financeiro

Averbado sob o nº 30319
Betim, 22/12/2023
R.T.D.P.J - BETIM / MG
CONFERE COM ORIGINAL

034

Art. 23 - Ao Diretor Administrativo e Financeiro compete:
a)Arrecadar a receita e pagar as despesas autorizadas por maioria da Diretoria;
b) Apresentar à Assembleia Geral semestralmente o balancete das atividades financeiras daquele período;
c) Fiscalizar os bens patrimoniais da Instituição;
d) Dirigir os serviços gerais da tesouraria;
e) Prestar contas ao Diretor Presidente e à Assembleia Geral;
f) conservar, sob sua responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria e contabilidade em geral;
g) manter todo o numerário em estabelecimento de crédito.
h) Manter em dia e ordem, os livros e a escrituração da Companhia Alma Dell Art;
i) Secretariar as reuniões da diretoria e da Assembleia Geral e redigir as atas;
j) Responder pela secretaria, imprensa e divulgação da Companhia Alma Dell Art e seus departamentos;
k) Responsabilizar pela produção executiva das atividades, projetos, programas da "Dell' Art";
l) Na vacância do cargo deverá ocorrer nova eleição em até 30 dias. As funções serão assumidas pelo Diretor Presidente.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS - BETIM-MG 11/14

Art. 24 - A Diretoria Executiva não perceberá nenhuma forma de salário, Pró-Labore, gratificação, jetons, bem como não distribuirá lucros ou dividendos entre seus diretores ou associados pelas funções administrativas da "Dell' Art";

Art. 25- A Diretoria Executiva será eleita por aclamação ou voto aberto ou voto secreto de 8 (oito) e m 8 (oito) anos:

§ 1° - A Eleição e Posse da Diretoria Executiva ocorrerão na mesma reunião da assembleia geral, mesma data;

CAPÍTULO VI
Dos Órgãos Auxiliares

Art. 26 - São órgãos auxiliares da diretoria Executiva e diretamente subordinados à presidência, os departamentos, comissões e assessorias.

Paragrafo Único: Os coordenadores dos órgãos auxiliares serão indicados pela assembleia geral;

Art. 27 – Os órgãos auxiliares serão criados conforme as necessidades da "Dell' Art";

Art. 28 - Os Departamentos serão regidos por Regulamentos e Regimes Internos específicos, elaborados e aprovados pela Diretoria Executiva chancelada pela assembleia geral

Art. 29 – Criação de um Conselho de Administração quando se fizer necessário e, os critérios de organização, direção, função e outras formalidades serão regidos em regulamento interno a ser elaborado e aprovado em assembleia geral e, em conformidade com as legislações vigentes.

I - o primeiro mandato de metade dos membros eleitos ou indicados deve ser de 2 (dois) anos, segundo critérios estabelecidos no estatuto;

II - o dirigente máximo da entidade deve participar das reuniões do conselho, sem direito a voto;

III - o mandato dos membros eleitos ou indicados para compor o Conselho de Administração é de 4 (quatro) anos, admitida recondução;

IV- os membros natos serão indicados e substituídos a qualquer tempo;

V - o conselho deve reunir-se ordinariamente 3 (três) vezes a cada ano, e extraordinariamente a qualquer tempo;

VI - os conselheiros não devem receber remuneração pelos serviços que, nesta condição, prestarem à Organização Social, ressalvada a ajuda de custo por reunião da qual participem;

VII - os conselheiros eleitos ou indicados para integrar a diretoria da entidade devem renunciar ao assumirem funções executivas.

CONFERE COM ORIGINAL
Averbado sob o nº 3050
Betim, 22/12/2003
R.T.D.P.J - BETIM / MG

§ 1° - O Conselho de Administração, quando criado dentro da necessidade, é Órgão de Administração Superior voltado para as atividades pactuadas com o Município e será estruturado nos termos do respectivo estatuto, observados, ainda, regulamento interno e LEI N° 6194, DE 23 DE MAIO DE 2017.

VIII - Será criado um grupo contábil que será , dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores e direto para assembleia geral.

§ 1° - O grupo será eleito pela assembleia geral, sendo eleito 3 associados, o mesmo ira apresentar um regulamento interno para direcionar os trabalhos e, terá duração, máxima , de até 3 meses. Período que irá recolher todas documentação contábil e apresentar relatório e pareceres a assemblei geral.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS - BETIM MG 12/14

CAPÍTULO VII
Do Patrimônio

Art. 30 - O patrimônio da Companhia Alma Dell' Art será formada por mensalidades e contribuições dos associados contribuintes, ou donativos, legados, rendas provenientes de suas atividades, por bens móveis e imóveis, veículos, semoventes, ações e títulos da dívida pública, que caso venha a possuir.

§ 1° - Os bens imóveis só poderão ser alienados ou gravados no todo ou em parte, por deliberação da Assembleia Geral extraordinária, especialmente convocada para este fim;

§ 2° - Ao decidir sobre o que dispõe o parágrafo anterior, a Assembleia Geral deliberará no mesmo ato, sobre a aplicação dos recursos da operação a ser realizada.

Art. 31 - É permitida a vinculação de recursos provenientes de arrendamento, locação e alienação de bens móveis e imóveis para atendimento de despesas, de investimento por deliberação da Diretoria, Assembleia Geral.

CAPÍTULO VIII
Da transformação e liquidação

Art. 32 - A Companhia Alma Dell' Art poderá ser transformada em outro tipo de sociedade a qualquer tempo por deliberação absoluta da Assembleia Geral.

Art. 33 – Em Caso de dissolução da Companhia Alma Dell Art o respectivo patrimônio líquido será transferido á outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da lei n° Lei 13.019/2014 cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta.

I - Não encontrando instituição nas condições indicadas neste artigo, o que remanescer do patrimônio da Companhia Alma Dell Art será destinado à Fazenda do Estado de Minas Gerais ou da União;

II - obrigatoriedade de, em caso de extinção ou desqualificação, o patrimônio, legados ou doações que lhe forem destinados pelo município de Betim/MG, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serem incorporados integralmente ao patrimônio de outra Organização Social qualificada no âmbito do Município, da mesma área de atuação ou, na sua falta, ao patrimônio do Município;

III – Caso a "Dell'Art" adquira bem imóvel ou móvel com recursos provenientes de celebração de termo de parceiras ou convênios com o poder público, terá primazia à destinação definida em contrato.

Averbado sob o nº 3039
Betim, 22/12/2023
R.T.D.P.J - BETIM / MG
CONFERE COM ORIGINAL

DELL art
ASSOCIAÇÃO DE ARTISTAS

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS - BETIM-MG 13/19

CAPÍTULO IX
Das disposições gerais e transitórias

Art. 34 - A Companhia Alma Dell Art não participará de questões político-partidárias, religiosas, ficando vedados aos diretores e associados pronunciamento político em seu nome, e mesmo assumir compromissos em campanhas políticas ou atos de tal natureza.

Parágrafo Único: São vedadas discussões, fórum e ataques em questões pessoais ou de partidos, crenças, ou doutrinárias, mantido, entretanto a liberdade de crítica moderada.

Art. 35 - A Companhia Alma Dell' Art somente se extinguirá quando não houver pelo menos 4 (quatro) membros que se comprometam a cumprir o presente Estatuto.

Art. 36 - A " Dell Art" poderá instituir remuneração para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação;

Art 37 A escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (Lei 13.019/2014)

a) Que se dê publicidade na sede da instituição no encerramento do exercício fiscal;
b) A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se necessário for, da aplicação dos eventuais recursos objeto de termo de parceria, ou de verbas oriundas de administração pública, conforme previsto em legislação cabível;
c) Realizará prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos e será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

Art. 38 A Companhia Alma Dell'Art terá o dia 27 de março e o ano de 1984 como data simbólica de comemoração de seu aniversário, pois nesta data iniciou-se o seu primeiro trabalho, ocorrendo sua fundação de fato.

Art. 39 - Este Estatuto foi aprovado pela Assembleia entrará em vigor na data de seu registo em cartório específico.

Art. 40 - Será previsto, quando necessário for, a criação como órgãos de deliberação superior e de direção, voltados para atuação no âmbito desta municipalidade, sendo: um Conselho de Administração e uma diretoria executiva definidos nos termos do respectivo estatuto, asseguradas àquele composição e atribuições normativas e de controle básico previstas conforme legislação vigente que direcionam sobre OS, ainda:

a) previsão de participação obrigatória, no Conselho de Administração, voltado para a atuação em âmbito municipal, de representantes do Órgão da Administração Pública e de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral;
b) composição e atribuições da diretoria executiva;
c) obrigatoriedade de publicação anual, no Órgão Oficial do Município, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do Contrato de Gestão;

Art . 41 Criará mecanismos para a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes em caso específicos, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria com o poder público

Art . 42 Dará publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão.

CONFERE COM ORIGINAL

Averbado sob o nº 3039
Betim, 22 / 12 / 2023

Art. 43 - Os associados fundadores e beneméritos: Margarida Alves Garcia da Silva (Margarida Garcia), Emanoel Geraldo da Silva (Emmano Garcia), Ronny Angelita Geralda da Silva (Ronny Garcia), Climério Geraldo da Silva (Climério Garcia), Eliano Cosme da silva (Eliano Garcia), Eliandro Damião da Silva (Eliandro Garcia), Natalina Angélica da Silva (Natalia Garcia), Miriam Batista de Moura da Silva (Miriam Garcia), Enguer Garcia, Priscila Pamela de Moura e Silva (Priscila Garcia), Ronivon Marciano (Rone Garcia), Pedro Henrique de Moura e Silva (Pedro Garcia), Raul Vinicius de Moura e Silva (Raul Garcia).

Art. 44 - A reforma ou alterações do Estatuto poderão ocorrer a qualquer tempo, em todo ou em parte.
Parágrafo Único - Não poderá em hipótese alguma alterar o **artigo 43**, deste estatuto.

Art 45 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva e referendados pela Assembleia Geral.

Betim, 07 de Dezembro de 2023.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS 14/14 BETIM-MG

EMANOEL GERALDO DA SILVA
Diretor Presidente
DRT/SATED - 2319 e 2459

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Maria das Graças Monteiro Monteiro
Apresentado hoje, PROTOCOLADO sob o número 27896
AVERBADO 18 no Livro A sob o número 3039.
Betim, 22 de Dezembro de 2023
O Oficial,
Ato(s) praticado(s) por: Juliana Paula de Avelar Rosa
PODER JUDICIÁRIO -TJMG- CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
00270801-45 - 1 Reg Tit Doc PJ Betim-MG
Selo Eletrônico No. HEP78659
Cód Seg 5967.2508.7472.2042
Quantidade de atos Praticado(s): 017
Emol.:R$289,70,Recompe.R$17,34,
TFJ R$99,66 ISSQN R$7,24,
Total:R$413,94
Consulte a validade deste selo no site
https://selos.tjmg.jus.br

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS BETIM-MG

Juliana Paula de Avelar Rosa
Escrevente Juramentada Substituta

CONFERE COM ORIGINAL

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS - BETIM-MG

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL –EXTRAORDINÁRIA - DA ASSOCIAÇÃO COMPANHIA ALMA DELL'ART CNPJ 04.712.715/0001-28

Aos 07 (sete) dias do mês de Dezembro de 2023 (dois mil e vinte três), às 20h00min horas (vinte horas), reunidos em **primeira convocação (após conferencia de quórum)** , em sua sede à Rua Santos Dumont, Nº 103, Bairro Horto, estado de Minas Gerais, os abaixo assinados, na qualidade de associados desta associação, nos termos da Legislação vigente denominada "**COMPANHIA ALMA DELL'ART "**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **04.712.715/0001-28**, com sede e foro nesta cidade, com o propósito de discutir a seguinte pauta:

- **ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA CONFORME ESTATUTO REFORMADO – PARA O MADATO 07 DE DEZEMBRO DE 2023 A 07 DE DEZEMBRO DE 2031**

O senhor presidente **Emanoel Geraldo da Silva** abriu a presente reunião, confirmando haver quórum, saudou a todos e agradeceu pelo apoio as atividades desta instituição e, eu, **Miriam Batista de Moura da Silva,** assumi a responsabilidade de redigir a presente ata. Em seguida, o senhor presidente, apresentou a todos a pauta da assembleia e seus objetivos. Em seguida foi apresentada a pauta: **"ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA CONFORME ESTATUTO REFORMADO – PARA O PLEITO 07 DE DEZEMBRO DE 2023 A 07 DE DEZEMBRO DE 2031"** e, foram apresentados os nomes **Emanoel Geraldo da Silva** para o cargo de diretor presidente e, o meu, **Miriam Batista de Moura da Silva** para o cargo de diretora administrativa e financeira. Não havendo outros nomes como candidatos a, assembleia geral aprovou por **UNANIMIDADE** a proposta dos nomes apresentados, até mesmo, porque ambos vêm desempenhando boa administração nos projetos desta associação nos últimos anos. Assim a **DIRETORIA EXECUTIVA** foi **ELEITA POR UNANIMIDADE para o mandato de 8 (oito) anos, sendo do dia 07 de dezembro de 2023 ao dia 07 de dezembro de 2031. Sendo eleitos: DIRETOR PRESIDENTE: EMANOEL GERALDO DA SILVA,** brasileiro, casado, gestor e produtor cultural, nascido em 10/10/1969, inscrito no CPF **828.783.906-87** e no RG **MG 3. 976.931** SSP/MG, residente e domiciliado á Rua Diamantina, 167, Niterói, cidade de Betim/MG, CEP 32.672.034 e **DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: MIRIAM BATISTA DE MOURA E SILVA** , brasileira, casada, gestora e produtora cultural, nascida em 18/08/1970, inscrita no CPF **760.633.486-20** e no RG **MG-5.745.295** , domiciliada á Rua Santos Dumont, 103-B, Horto, cidade Betim/MG, CEP 32.604-126. **Os diretores** tomam **POSSES**, na presente data, dia 07 de Dezembro de 2023. O **DIRETOR PRESIDENTE** agradeceu a todos pela dedicação, se dispôs a continuar a trabalhando em prol da valorização e evolução desta instituição, respeitando sua história e trajetória. Nada mais havendo a ser tratado pediu o empenho de todos para a construção de uma instituição de alto nível, verdadeiramente engajada nas causas dos direitos e do bem estar aos princípios da dignidade da ***pessoa humana*** e da justiça social, principalmente se tratando do cuidado e zelo das crianças que são o futuro desta nação. Após falas de apoio de diversos associados, deu por encerrada a Assembleia Geral. Sem mais e, estando todos de acordo com as decisões e diretrizes tomadas nesta reunião, segue a presente ata assinada. Pela presidência e pelos demais presentes. Betim, 07 de Dezembro de 2023.

EMANOEL GERALDO DA SILVA
Diretor Presidente

CONFERE COM ORIGINAL

Averbado sob o nº 3039
Betim, 22/12/2023
R.T.D.P.J - BETIM / MG

DELLart
ASSOCIAÇÃO DE ARTISTAS

NOMES	CARGO	ASSINATURA
Emanoel Geraldo da Silva	Diretor Presidente	
Miriam Batista de Moura Silva	Diretora Administrativa e Financeira	
Heitor Vinicius de Moura Silva	Associado	
Raul Victor de Moura Silva	Associado	
Priscila Pâmela Moura Silva	Associada	
Pedro Henrique Moura Silva	Associado	
Mariana Guimarães Luz Rodrigues	Associada	
Hélio Ferreira da Silva Junior	Associado	
Allana Vilela	Associada	
Victor Albert Souza Santos	Associada	
Nagila Ferreira de Sousa	Associada	

Betim, 07 de Dezembro de 2023.

EMANOEL GERALDO DA SILVA
Diretor Presidente
DRT/SATED - 2319 e 2459

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Oficial: Maria Inês Graça Monteiro Marcelo

Apresentado hoje, PROTOCOLADO sob o número 27898 e
AVERBADO 20 no Livro A sob o número 3039.
Betim, 22 de Dezembro de 2023.
O Oficial,

Ato(s) praticado(s) por: Juliana Paula de Avelar Rosa
PODER JUDICIÁRIO -TJMG- CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
00270801-45 - 1 Reg. Tit. Doc. PJ Betim-MG
Selo Eletrônico No. HEP78680
Cód. Seg.: 8625.8626.5096.1192
Quantidade de atos Praticado(s): 004.
Emol.:R$180,63,Recompe:R$10,84,
TFJ:R$63,39, ISSQN:R$4,52,
Total:R$259,38
Consulte a validade deste selo no site:
https://selos.tjmg.jus.br

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS - BETIM-MG

Juliana Paula de Avelar Rosa
Escrevente Juramentada Substituta

CONFERE COM ORIGINAL

PREFEITURA DE BETIM

CADASTRO MUNICIPAL DE PESSOA JURÍDICA

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

DATA DE ABERTURA	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	CNPJ/CPF	Inscrição Estadual
27/03/2001	94680001	04.712.715/0001-28	35352460002

NOME EMPRESARIAL
COMPANHIA ALMA DELL' ART

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
DELL ' ART

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
900190101 - 12.13 3.8% - PRODUÇÃO TEATRAL
900190102 - 12.01 3.8% - ESPETÁCULOS TEATRAIS
900190402 - 12.03 3.8% - ESPETÁCULO CIRCENSE
932989910 - 12.07 3.8% - SHOWS, BALLET, DANÇAS, DESFILES, BAILES, ÓPERAS, CONCERTOS, RECITAIS, FESTIVAIS E CONGÊNERES.
900199999 - 12.13 3.8% - ARTES CÊNICAS, ESPETÁCULOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
932989999 - 12.17 3.8% - OUTRAS ATIVIDADES DE RECREAÇÃO E LAZER NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
823000102 - 17.24 3.8% - SERVIÇOS DE APRESENTAÇÃO DE PALESTRAS, CONFERÊNCIAS, SEMINÁRIOS E CONGÊNERES
749010501 - 10.09 3.8% - AGENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS PARA ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E ARTÍSTICAS

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R SANTOS DUMONT	103	

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
32604-126	HORTO	BETIM	MG

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	27/03/2001

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
****	****

CONFERE COM ORIGINAL

038

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
04.712.715/0001-28 MATRIZ		25/08/2001

NOME EMPRESARIAL
COMPANHIA ALMA DELL' ART

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
DELL ' ART	DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte (Dispensada *)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
42.12-0-00 - Construção de obras de arte especiais
58.11-5-00 - Edição de livros (Dispensada *)
59.11-1-01 - Estúdios cinematográficos (Dispensada *)
59.11-1-99 - Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente (Dispensada *)
59.12-0-01 - Serviços de dublagem
59.12-0-02 - Serviços de mixagem sonora em produção audiovisual (Dispensada *)
59.12-0-99 - Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente (Dispensada *)
59.13-8-00 - Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão (Dispensada *)
59.14-6-00 - Atividades de exibição cinematográfica (Dispensada *)
61.10-8-03 - Serviços de comunicação multimídia - SCM (Dispensada *)
64.91-3-00 - Sociedades de fomento mercantil - factoring (Dispensada *)
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica (Dispensada *)
73.12-2-00 - Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação (Dispensada *)
73.19-0-04 - Consultoria em publicidade (Dispensada *)
74.20-0-01 - Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina (Dispensada *)
74.20-0-04 - Filmagem de festas e eventos (Dispensada *)
74.90-1-01 - Serviços de tradução, interpretação e similares (Dispensada *)
74.90-1-05 - Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas (Dispensada *)
78.30-2-00 - Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros (Dispensada *)
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas (Dispensada *)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R SANTOS DUMONT	103	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
32.604-126	HORTO	BETIM	MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
1ADMINISTRATIVO@ALMADELLART.ORG.BR	(31) 3596-5153/ (31) 9801-4571

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **08/01/2024** às **10:22:22** (data e hora de Brasília).

CONFERE COM O ORIGINAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
04.712.715/0001-28 **MATRIZ**		**25/08/2001**

NOME EMPRESARIAL
COMPANHIA ALMA DELL' ART

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente (Dispensada *)
85.50-3-02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares (Dispensada *)
85.91-1-00 - Ensino de esportes (Dispensada *)
85.92-9-01 - Ensino de dança (Dispensada *)
85.92-9-02 - Ensino de artes cênicas, exceto dança (Dispensada *)
85.92-9-03 - Ensino de música (Dispensada *)
85.92-9-99 - Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente (Dispensada *)
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial (Dispensada *)
88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento (Dispensada *)
90.01-9-01 - Produção teatral (Dispensada *)
90.01-9-02 - Produção musical (Dispensada *)
90.01-9-03 - Produção de espetáculos de dança (Dispensada *)
90.01-9-04 - Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares (Dispensada *)
90.01-9-05 - Produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares
90.01-9-06 - Atividades de sonorização e de iluminação (Dispensada *)
90.01-9-99 - Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente (Dispensada *)
90.02-7-01 - Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores (Dispensada *)
90.02-7-02 - Restauração de obras-de-arte (Dispensada *)
90.03-5-00 - Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas (Dispensada *)
91.02-3-01 - Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares (Dispensada *)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R SANTOS DUMONT	**103**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
32.604-126	**HORTO**	**BETIM**	**MG**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
1ADMINISTRATIVO@ALMADELLART.ORG.BR	**(31) 3596-5153/ (31) 9801-4571**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**03/11/2005**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **08/01/2024** às **10:22:22** (data e hora de Brasília).

CONFERE COM ORIGINAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
04.712.715/0001-28 **MATRIZ**		**25/08/2001**

NOME EMPRESARIAL
COMPANHIA ALMA DELL' ART

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
93.11-5-00 - Gestão de instalações de esportes (Dispensada *)
93.19-1-01 - Produção e promoção de eventos esportivos (Dispensada *)
93.29-8-99 - Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente (Dispensada *)
96.09-2-99 - Outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente (Dispensada *)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R SANTOS DUMONT	**103**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
32.604-126	**HORTO**	**BETIM**	**MG**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
1ADMINISTRATIVO@ALMADELLART.ORG.BR	**(31) 3596-5153/ (31) 9801-4571**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**03/11/2005**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **08/01/2024** às **10:22:22** (data e hora de Brasília).

CONFERE COM ORIGINAL

ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO - PROVISÓRIO

Nº 5452348988/2023 Validade: 21/03/2024

Identificação

Razão Social: **COMPANHIA ALMA DELL' ART**

CNPJ: **04.712.715/0001-28** Nº Insc. Municipal: **94680001** Nº Protocolo: **5452348988/2023**

Localização

Logradouro: **R SANTOS DUMONT** Nº: **103**

Complemento: CEP: **32604-126**

Bairro: **HORTO** Município: **BETIM** UF: **MG**

Objeto Social

PROMOVER A DIFUSAO E PRODUCAO TEORICA E PRATICA DA ARTE, CULTURA, TURISMO, ESPORTE, EDUCACAO AMBIENTAL, GERACAO DE RENDA, PROJETOS SOCIAIS E EDUCACIONAIS PROMOVER PROGRAMAS E PROJETOS VOLTADOS PARA A FORMACAO, CAPACITACAO E APERFEICOAMENTO DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS NAS AREAS SUPRACITADAS INCENTIVAR E PROMOVER POR SI OU EM VIRTUDE DE CONVENIO, CONTRATO OU PARCERIAS COM OUTRAS INSTITUICOES, EMPRESAS OU PODER PUBICO PARA OS EXERCICIOS DE SUAS ATIVIDADES REALIZAR PARCERIAS E CONVENIOS COM ORGAOS OU ENTIDADES NACIONAIS OU ESTRANGEIRAS, PARA EXECUCOES DE PROJETOS OU ATIVIDADES DE INTERESSES MUTUOS, NAS AREAS MENCIONADAS MANTER INTERCAMBIO COM INSTITUICOES CONGENERES DO PAIS E DO EXTERIOR PROMOVER ESTUDO, PESQUISA E DIVULGACAO DE SUAS ATIVIDADES, DAS ATIVIDADES DOS ASSOCIADOS, DAS COMUNIDADES ONDE OS PROJETOS ESTAO OCORRENDO E ATIVIDADES DE OUTRAS INSTITUICOES PUBLICAS OU PRIVADAS PROPAGAR SE POR TODOS OS MEIOS DE COMUNICACAO E FORMAS DE LINGUAGENS, INCLUSIVE A CRIACAO, SITES, REVISTAS, JORNAL E OUTROS MEIOS DE DIVULGACAO FOCANDO NA DIVULGACAO DAS ATIVIDADES DOS ARTISTAS ASSOCIADOS E NOS PRODUTOS DOS ARTESAOS ASSOCIADOS APRESENTAR PROJETOS DOS ARTISTAS, ARTE EDUCADORES E DOS ARTESAOS AS ENTIDADES E ORGANIZACOES SOCIAIS, RELIGIOSAS, COOPERATIVAS, FUNDACOES, ORGAOS PUBLICOS E PRIVADOS, DENTRE OUTROS, COM OBJETIVO DE COOPERAR, COORDENAR, PLANEJAR E PRODUZIR SUAS ATIVIDADES E REALIZAR PARCERIAS PROMOVER, COM SEUS ASSOCIADOS, NAS AREAS MENCIONADAS NESTE ESTATUTO, O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES RELACIONADAS A VALORIZACAO DO TRABALHO, SUA CAPACITACAO E DA FORMACAO DA GERACAO DE RENDA, ATRAVES DE ACOES, INDIVIDUOS OU GRUPOS PATROCINAR, APRECIAR E DIVULGAR ESTUDOS, CONFERENCIAS, SIMPOSIOS E REUNIOES QUE TRATAM DE PROBLEMAS E SOLUCOES NAS AREAS MENCIONADAS NESTE ESTATUTO REPRESENTAR OS ASSOCIADOS E AS ENTIDADES, EM JUIZO BEM COMO PERANTE O PODER PUBLICO E EMPRESAS DIVERSAS, PLEITEANDO O RECONHECIMENTO OU CRIACAO DE DIREITOS E, REPRESENTA LOS NOS ATOS DE CONTRATACAO DESENVOLVER, COM SEUS ASSOCIADOS, CURSOS, OFICINAS, PROGRAMAS, PROJETOS, PALESTRAS E INICIATIVAS DIVERSAS QUE VISEM A EDUCACAO, FORMACAO, CAPACITACAO, QUALIFICACAO E APERFEICOAMENTO PROFISSIONAL EM TODAS AS AREAS DESENVOLVER, PLANEJAR, ORGANIZAR, ASSESSORAR E EXECUTAR, CURSOS, APERFEICOAMENTO E ATIVIDADES DE FORMACAO, EDUCACAO, QUALIFICACAO, HABILITACAO, PRODUCAO CULTURAL, LAZER, ESPORTE, RECREACAO, MEIO AMBIENTE E TURISMO, BEM COMO A PRODUCAO, TRANSPORTE, COMERCIALIZACAO E FOMENTO DAS ATIVIDADES DAS ENTIDADES ASSOCIADAS, ARTISTAS E GRUPOS CULTURAIS ENTROSAR-SE COM ORGANISMOS PUBLICOS OU NAO, NACIONAIS OU ESTRANGEIROS QUE SE DEDIQUEM AOS OBJETIVOS DA COMPANHIA ALMA DELL ART REPRESENTAR, ASSESSORAR, EMPRESARIAR, OS ASSOCIADOS EM LICITACOES QUANDO HOUVER, OU NAO, INVIABILIDADE DE COMPETICAO CONFORME LEGISLACAO PERTINENTE E EM VIGENCIA SER INTERVENIENTE E REPRESENTANTES EM CONTRATO COMERCIAL DOS ASSOCIADOS EM LICITACOES, EDITAIS, CONTRATACOES, APRESENTANDO E OFERECENDO SEUS SERVICOS E PRODUTOS DE TODAS AS NATUREZAS PARA FINS DE CONTRATACAO E OU COMPRA EM PROCESSOS DE DISPENSA, DE INEXIGIBILIDADE INCENTIVAR O DESENVOLVIMENTO E IMPLANTACAO DE CERTIFICACAO, DE PRODUCAO E ORIGEM, PARA A EXPORTACAO E COMERCIALIZACAO DE SERVICOS E PRODUTOS DOS ASSOCIADOS E PROMOVER A IMAGEM DOS ASSOCIADOS NO BRASIL E NO EXTERIOR FIRMAR CONVENIOS E CONTRATOS COM INSTITUICOES PARA CAPTACAO DE RECURSOS PARA O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA COMPANHIA ALMA DELL ART E DE SEUS ASSOCIADOS CRIAR E MANTER EM UM ESPACO COM DIVERSAS INCUBADORAS DE PROJETOS REFERENTES OS SEGMENTOS E AREAS PROPOSTAS PELOS ASSOCIADOS, UM ESPACO CULTURAL E UMA CAFETERIA TEMATICA ARTISTICAMENTE PROPOR PROJETOS QUE POSSA FACILITAR O TURISMO EM SUAS AREAS DE ATUACAO CRIACAO DE UMA BIBLIOTECA COMUNITARIA E DE PROJETOS DE ACESSO A LEITURA E AO LETRAMENTO PROMOCAO, DEFESA, PRESERVACAO, CONSERVACAO E SUSTENTABILIDADE DO MEIO AMBIENTE

Lista de Atividade - CNAE

1 - 949360001- ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS LIGADAS À CULTURA E À ARTE
2 - 859290300- ENSINO DE MÚSICA
3 - 783020000- FORNECIMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA TERCEIROS
4 - 749010100- SERVIÇOS DE TRADUÇÃO, INTERPRETAÇÃO E SIMILARES
5 - 702040001- ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TÉ...
6 - 749010501- AGENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS PARA ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E ...
7 - 731900400- CONSULTORIA EM PUBLICIDADE

CONFERE COM ORIGINAL

PREFEITURA DE BETIM
CIDADE DO BEM
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO - PROVISÓRIO

Nº 5452348988/2023 Validade: 21/03/2024

Lista de Atividades Não Exercidas - CNAE

1 - 823000101- SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS
2 - 829979999- OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE ÀS EMPRESAS NÃO...
3 - 855030200- ATIVIDADES DE APOIO À EDUCAÇÃO, EXCETO CAIXAS ESCOLARES
4 - 859299900- ENSINO DE ARTE E CULTURA NÃO ESPECIFICADO ANTERIORMENTE
5 - 859960400- TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL
6 - 900190101- PRODUÇÃO TEATRAL
7 - 900190300- PRODUÇÃO DE ESPETÁCULOS DE DANÇA
8 - 900190401- PRODUÇÃO DE ESPETÁCULOS CIRCENSES, DE MARIONETES E SIMILARES
9 - 900190500- PRODUÇÃO DE ESPETÁCULOS DE RODEIOS, VAQUEJADAS E SIMILARES
10 - 900190601- ATIVIDADES DE SONORIZAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO
11 - 900199999- ARTES CÊNICAS, ESPETÁCULOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES NÃO ESPECIFICAD...
12 - 900270101- ATIVIDADES DE ARTISTAS PLÁSTICOS
13 - 900270200- RESTAURAÇÃO DE OBRAS DE ARTE
14 - 910230100- ATIVIDADES DE MUSEUS E DE EXPLORAÇÃO DE LUGARES E PRÉDIOS HISTÓRICOS E...
15 - 931910101- PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS
16 - 932989901- ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E RECREAÇÃO EM FESTAS E EVENTOS
17 - 960929999- OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
18 - 742000400- FILMAGEM DE FESTAS E EVENTOS
19 - 900190201- PRODUÇÃO MUSICAL
20 - 859290200- ENSINO DE ARTES CÊNICAS, EXCETO DANÇA
21 - 859290100- ENSINO DE DANÇA
22 - 859110000- ENSINO DE ESPORTES
23 - 611080300- SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA - SCM
24 - 731220001- AGENCIAMENTO DE ESPAÇOS PARA PUBLICIDADE, EXCETO EM VEÍCULOS DE COMUNI...
25 - 900350001- GESTÃO DE ESPAÇOS PARA ARTES CÊNICAS, ESPETÁCULOS E OUTRAS ATIVIDADES ...
26 - 931150000- GESTÃO DE INSTALAÇÕES DE ESPORTES
27 - 880060000- SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO
28 - 591380000- DISTRIBUIÇÃO CINEMATOGRÁFICA, DE VÍDEO E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO
29 - 591110100- ESTÚDIOS CINEMATOGRÁFICOS
30 - 591209900- ATIVIDADES DE PÓS-PRODUÇÃO CINEMATOGRÁFICA, DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS D...
31 - 591119901- ATIVIDADES DE PRODUÇÃO CINEMATOGRÁFICA, DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TE...
32 - 591200200- SERVIÇOS DE MIXAGEM SONORA EM PRODUÇÃO AUDIOVISUAL
33 - 421200001- CONSTRUÇÃO DE OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS
34 - 581150001- EDIÇÃO DE LIVROS
35 - 591200100- SERVIÇOS DE DUBLAGEM
36 - 591460000- ATIVIDADES DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICA
37 - 649130001- SOCIEDADES DE FOMENTO MERCANTIL - FACTORING
38 - 742000101- ATIVIDADES DE PRODUÇÃO DE FOTOGRAFIAS, EXCETO AÉREA E SUBMARINA

Ciência e Responsabilidade

O Alvará de Funcionamento Provisório é emitido considerando a Ciência e Responsabilidade do empresário ou responsável legal pela sociedade, no qual este declara, sob as penas da lei, que irá observar os requisitos exigidos previamente ao funcionamento e exercício das atividades econômicas solicitadas e autorizadas pelo Município, para efeito de cumprimento das normas de segurança sanitária, ambiental, prevenção contra incêndio e demais obrigações constantes nas Legislações Municipais, Estaduais e Federais.

Atenção

- O Alvará Definitivo será emitido somente após o atendimento a todos os Requisitos apontados.
- A não regularização dentro do prazo estabelecido no Alvará Provisório poderá resultar na cassação da Licença de Funcionamento.
- Fixar este Alvará em local visível;
- Qualquer alteração nos dados acima descritos, deverá ser comunicada à seção competente no prazo regulamentar.
- Esta concessão poderá ser cassada a qualquer tempo, desde que deixem de existir as condições que legitimaram a concessão da licença, ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir as determinações da Prefeitura para regularizar a situação do estabelecimento, ou ainda quando o estabelecimento por suas atividades interferir no sossego público.

PREFEITURA DE BETIM
CIDADE DO BEM
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CONFERE COM ORIGINAL

ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO - PROVISÓRIO

Nº **5452348988/2023** Validade: **21/03/2024**

Os dados abaixo correspondem a quem efetuou a solicitação.
Data: 11/12/2023 - 15:45:00
CPF: CNPJ: 17.486.275/0001-80
IP:

Javânia Íris de Souza
Chefe de Divisão de Licenciamento Locacional, Urbanístico e Sanitário

Ednard Barbosa de Almeida
Secretario Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Para consultar a autenticidade deste documento, acesse o link: https://.icadonline.com.br/validacao_autentic.cfm

CONFERE COM ORIGINAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



POLEGAR DIREITO



ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

MG-3.976.931 DATA DE EXPEDIÇÃO 26/07/2018

EMANOEL GERALDO DA SILVA

FILIAÇÃO
SEBASTIAO LESSA DA SILVA
MARGARIDA ALVES DA SILVA

NATURALIDADE PAÍS DATA DE NASCIMENTO
PARACAMBI-RJ 10/10/1969

CAS. LV-6 FL-217

NACIONALIDADE
IBIRITE-MG

828783906-87 PIS 1808743998-3

JACQUELINE DE OLIVEIRA FERRAZ
ASSINATURA DO DIRETOR

PIR-3007 3 VIA

LEI Nº 7116 DE 29/08/83

CONFERE COM ORIGINAL

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
19/02/2024 - AUTOATENDIMENTO - 14.39.03
0750100750 0001

Comprovante Pix

CLIENTE: CIA ALMA DELL'ART
AGENCIA: 0750-1 CONTA: 712.715-4

SOBRE A TRANSACAO

ID:	E00000000202402191738509115869 42
CNPJ DO PAGADOR:	4.712.715/0001-28
VALOR:	699,55
DATA:	19/02/2024 - 14:38:56

CONFERE COM ORIGINAL

044

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BETIM
PROCURADORIA - GERAL DO MUNICÍPIO

Ced

Emissão: 02/12/2025 15:00:36

Usuário: PORTAL INTERNET

Certidão Negativa de Débitos

Contribuinte: COMPANHIA ALMA DELL' ART **CNPJ:** 04.712.715/0001-28

Endereço: RUA SANTOS DUMONT, 103 - HORTO / BETIM - MG

Ressalvado à Fazenda Municipal o direito de cobrar quaisquer outros débitos de responsabilidade do contribuinte acima, que vierem a ser apurados posteriormente ao fornecimento desta, certificamos que não consta(m)débito(s) administrados pela Secretaria Adjunta da Fazenda até a presente data.

Total de cadastros com débito: 0

Esta certidão foi emitida com base no Código Tributário Municipal

BETIM, 2 de Dezembro de 2025

ADMINISTRADOR GERAL

ADMINISTRADOR SISTEMA

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Certidão válida até : 02/03/2026

Certidão emitida por INTERNET - Certidão Emitida às 15:00:33 do dia 02/12/2025 15:00:33 - Código para Validação da certidão: UMEVFR78Q5R3IK94RWB9

As informações aqui dispostas podem ser verificadas on-line no site https://portalcontribuinte.giexonline.com.br/betim, utilizando o código aqui apresentado.

CONFERE COM ORIGINAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: COMPANHIA ALMA DELL' ART
CNPJ: 04.712.715/0001-28

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:05:20 do dia 28/11/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 27/05/2026.
Código de controle da certidão: **A38F.2773.48A6.0E11**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CONFERE COM ORIGINAL

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: COMPANHIA ALMA DELL' ART (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 04.712.715/0001-28
Certidão nº: 72572931/2025
Expedição: 28/11/2025, às 13:59:23
Validade: 27/05/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **COMPANHIA ALMA DELL' ART (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **04.712.715/0001-28, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

CONFERE COM ORIGINAL

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

047

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS Negativa	CERTIDÃO EMITIDA EM: 20/01/2026 CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 20/04/2026

NOME/NOME EMPRESARIAL: COMPANHIA ALMA DELL' ART		
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 003535246.00-02	CNPJ/CPF: 04.712.715/0001-28	SITUAÇÃO: Ativo
LOGRADOURO: R SANTOS DUMONT		NÚMERO: 103
COMPLEMENTO:	BAIRRO: HORTO	CEP: 32604126
DISTRITO/POVOADO:	MUNICÍPIO: BETIM	UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2026000957601919

CONFERE COM ORIGINAL

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

BETIM

CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: COMPANHIA ALMA DELL ART
CNPJ: 04.712.715/0001-28

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (http://www.tjmg.jus.br), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judicias em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 19 de Janeiro de 2024 às 14:41

CONFERE COM ORIGINAL

BETIM, 19 de Janeiro de 2024 às 14:41

Código de Autenticação: 2401-1914-4139-0601-0581

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Voltar | Imprimir

049

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 04.712.715/0001-28
Razão Social: COMPANHIA ALMA DELL' ART
Endereço: R SANTOS DUMONT 103 / HORTO / BETIM / MG / 32604-126

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:11/01/2026 a 09/02/2026

Certificação Número: 2026011102101331975016

Informação obtida em 12/01/2026 10:01:06

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

CONFERE COM ORIGINAL

050

PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM

SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DA FAZENDA

NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇO - NFS-e

Número da NFS-e
35865

Data e Hora da Emissão	17/03/2025 17:27:40	Competência	17/3/2025	Código de Verificação	XEFXJDTDI
Número do RPS	44728	No. da NFS-e substituída		Local da Prestação	OURO PRETO - MG

Dados do Prestador de Serviços

Razão Social/Nome	COMPANHIA ALMA DELL' ART				
Nome Fantasia					
CNPJ/CPF	04.712.715/0001-28	Inscrição Municipal	94680001	Município	BETIM - MG
Endereço e Cep	RUA SANTOS DUMONT ,103 - HORTO CEP: 32604-126				
Complemento:		Telefone:	(31)3596-5153	e-mail:	1administrativo@almadellart.org.br

Dados do Tomador de Serviços

Razão Social/Nome	ASSOC.MEMENTO ,ARTE,EDUC.CULTURA,TURISMO,CIENCIA ,TECN.E				
CNPJ/CPF	46.907.972/0001-65..	Inscrição Municipal	10188	Município	MARIANA - MG
Endereço e CEP	RUA BARÃO DE CAMARGOS ,191 - CENTRO CEP: 35420-000				
Complemento:		Telefone:	31994528174	e-mail:	projetos@estudiosmemento.com.br

Discriminação dos Serviços

apresentações da banda abadhá no carnaval de ouro preto 2025, conforme programação: 28/02/2025 - 19:00h | cachoeira do campo - 01/03/2025 - 21:00h | cinema - 02/03/2025 - 21:00h | praça tiradentes, serviço prestado como parte do projeto memória sonora do carnaval de ouro preto, conforme programação do carnaval 2025 organizado pela prefeitura de ouro preto, executada por associados a esta companhia. / o pagamento do valor liquido desta nota, devera ser efetuado via deposito em nossa conta bancaria através do pix 04.712.715/0001-28 ou na conta do banco do brasil ag 0750-1 - cc 712715-4 companhia alma dellart - nenhum valor deve ser repassado a qualquer pessoa ou associado a esta companhia.

Código do Serviço / Atividade

12.13 / 900199999 - ARTES CÊNICAS, ESPETÁCULOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE

Detalhamento Específico da Construção Civil

Código da Obra		Código ART	

Tributos Federais

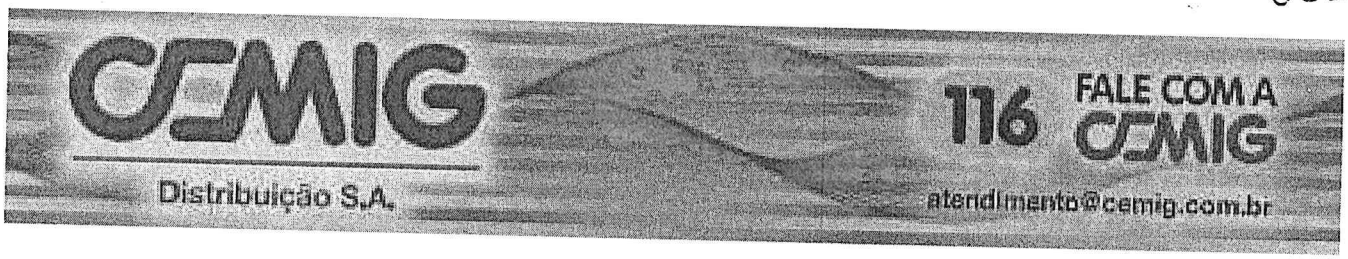
PIS	0,00	COFINS	0,00	IR(R$)	0,00	INSS(R$)	0,00	CSLL(R$)	0,00

Detalhamento de Valores - Prestador dos Serviços		Outras Retenções	Cálculo do ISSQN devido no Município	
Valor dos Serviços R$	30.000,00	Natureza Operação	Valor dos Serviços R$	30.000,00
(-) Desconto Incondicionado		4-Imune	(-) Deduções permitidas em lei	0,00
(-) Desconto Condicionado	0,00	Regime especial Tributação	(-) Desconto Incondicionado	
(-) Retenções Federais	0,00	0-Nenhum		
Outras Retenções	0,00	Opção Simples Nacional		
(-) ISS Retido	0,00	2 - Não	ISS a reter:	( ) Sim (X) Não
(=) Valor Líquido R$	30.000,00	Incentivador Cultura		
		2-Não		

Avisos

1- Uma via desta Nota Fiscal será enviada através do e-mail fornecido pelo Tomador dos Serviços.
2- A autenticidade desta Nota Fiscal poderá ser verificada no site, Betim.ginfes.com.br com a utilização do Código de Verificação.
3 - De acordo com a Instrução Normativa 2145/23, da RFB e Decreto Municipal 44083/2023, da PMB, para os serviços prestados a Órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, DF e Municípios, o Imposto de Renda deverá ser destacado obrigatoriamente na Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.

CONFERE COM ORIGINAL



Cemig Distribuição S.A. CNPJ 06.981.180/0001-16 Inscr. Estadual 062.322136.00.87
Av. Barbacena, 1.200 - 17º andar - Ala A1 - CEP 30190-131 - Belo Horizonte - MG

Parceiro
COMPANHIA ALMA DELL ART
RUA SANTOS DUMONT 103 CS

Nº da Instalação
3003374378

Nº do Cliente
7005664457

Declaração de Quitação de Débitos Nº: 01/2023

Nº do Protocolo: 3835497219

A Cemig, em atendimento a lei n°12.007 de 29/07/09, declara quitados os débitos do consumidor em referência, relativos ao fornecimento de energia elétrica a esta unidade consumidora, vinculados ao contrato 5008991178, referente aos vencimentos de 01/01/2013 à 31/12/2013,excetuando eventuais débitos que venham a ser posteriormente apurados diante de possível verificação de irregularidade ou de revisão de faturamento, que abranjam o período em questão.

Cemig Distribuição S.A.
Av. Barbacena, 1200 - 17° Andar - Ala A1 - Santo Agostinho - CEP 30190-131
Belo Horizonte - MG / Brasil
Tel.: 116 / Fax: (31) 3506-7222

CONFERE COM ORIGINAL

BANDA
ABAHDÁ
Banda
Abahdá

A Banda

A história da Banda Abahdá

O surgimento da banda se deu através do bloco abadabadú, que desfilou durante alguns anos pelas ruas dos carnavais de Mariana e Ouro Preto, isso se deu no final da década de 90. Após alguns carnavais foi adicionado ao bloco uma cantora, passando depois a ter um guitarrista e um tecladista, até chegar a formação natural de uma banda de axé, assim formando a Bandabadá.

Em 2009 após o carnaval, ocorreu uma reformulação na banda ouve uma diluição no grupo, onde chegaram a formar uma nova banda denominada de Banda Kayz, lançando-a banda no pré-carnaval de Ouro Preto e no carnaval de 2010 com metade da banda renovada, entretanto o novo nome não emplacou, mesmo sendo uma formação modificada e de longa data, além de bastante reconhecimento do nosso público, optamos em voltar com o nome antigo de Bandabadá, porém com uma nova escrita, já que existe uma Banda na Bahia com a mesma escrita e já registrada dentro de todos os preceitos legais.

A Banda Abahdá, já nasceu com grande experiência musical, visto que surgiu da formação da maioria dos músicos originários da extinta Bandabadá da cidade de Mariana e Banda Kayz de Ouro Preto.

A Bandabadá, foi e é umas das Bandas mais bem conceituadas de nossa região com vários shows importantes dentre eles aberturas de show para Ivete Sangalo, Bamda mel, Babado Novo, Charlie Brow Jr., Daniel, Bruno e Marrone, J. Quest entre outros. E também vários shows em cidades do nosso território mineiro entre elas Belo horizonte (vários eventos); Itabirito(carnaval); Ponte Nova (vários eventos); Ouro Branco (festa da batata); Diogo de Vasconcelos (Aniversário da cidade); Acaiaca (vários eventos e carnavais); Santa Bárbara (carnaval), Catas Altas (carnaval); Ouro Preto e seus distritos (várias festividades); Mariana e seus distritos (várias festividades); e outros municípios.

Então estamos agora com esse novo projeto de amizade, conhecimento, talento, carisma e maturidade, apresentando um projeto de qualidade, agradando aos críticos e principalmente o nosso público.

A Banda

O Show

Com um extenso repertório formado como cargo chefe o ritmo baiano "axé", arrocha, micaretas, pagode baiano e além de outros estilos musicais como: reggae, sertanejo, pop-rock e outras músicas atendendo as paradas de sucesso. A Banda Abahdá tem como objetivo proporcionar aos expectadores um show muito agradável, com alto nível de qualidade e satisfação.

A Banda conta também com arranjos próprios característica da banda, vocais bem detalhados, muita presença de palco uma harmonia afinada e entrosada, e ainda com uma percussão vibrante e contagiante, do mais puro Axé Music, isso tudo junto e misturado só poderia resultar em uma sonoridade musical eletrizante, envolvente e de alto astral. Além de outros profissionais que trabalham diretamente e indiretamente para a banda. Toda essa estrutura, aliada ao carisma dos músicos e as responsabilidades da equipe, fazem dessa banda uma ótima opção de divertimento e entretenimento para seu evento. Confira!

O Repertório

Dentre o repertório da Banda Abahdá estão as músicas das principais bandas e cantores como nacionais:
Ivete Sangalo, Claudia Leitte, Daniela Mercury, Babado Novo, Cheiro de Amor, Chiclete com banana, Asa de Águia, Tomate, Rapazolla, Banda Eva, Harmonia do Samba, Parangole, Psirico, Leo Santana, Wesley Safadão, Jorge e Matheus, Gustavo Lima, Marília Mendonça, Simone e Simaria, O Rappa, Skank, J Quest, entre outros que estão em se destacando atualmente no cenário musical brasileiro. Com esse vasto repertório continuamos provando que "mais que uma mistura louca de Minas com Bahia", fazemos boas micaretas agitando o público por onde passamos.

Integrantes



Vocal - Ana Santos

Guitarra e Vocal- Júnio Batista

Baixo e Vocal - Letícia Rafaelli

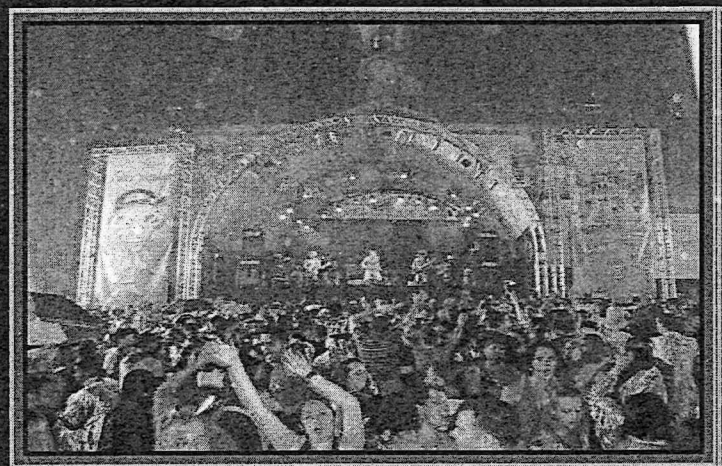
Trombone - Marcelo Alexandre

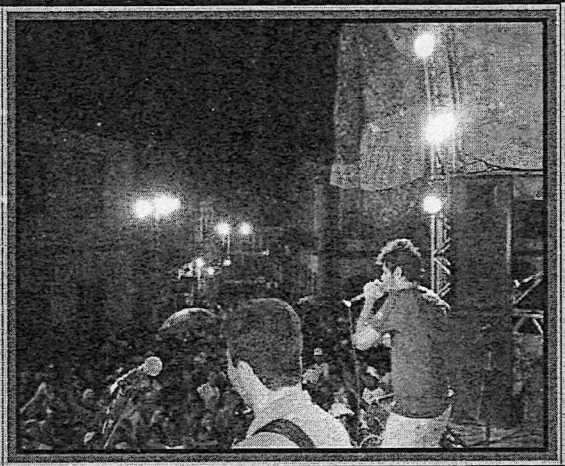
Percussão - Jean Pereira

Percussão - Júnio Ribeiro

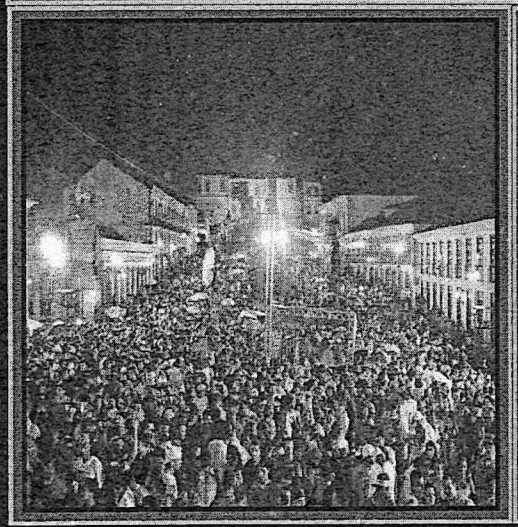
Bateria - Jorge Ribeiro

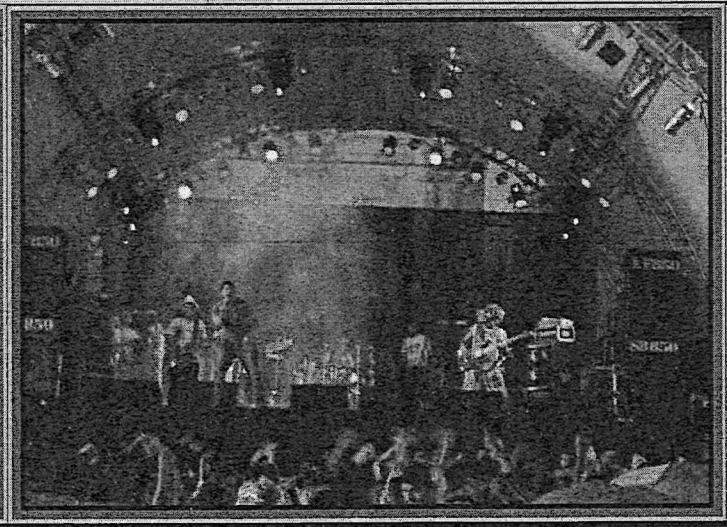
Fotos









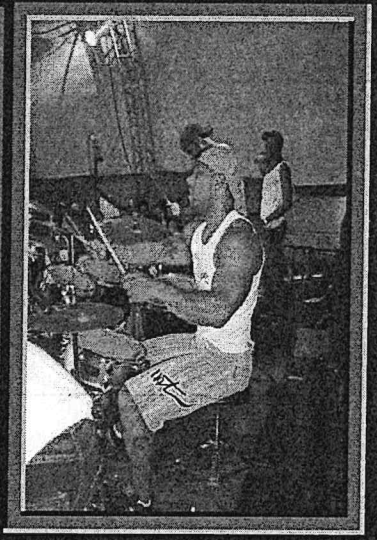




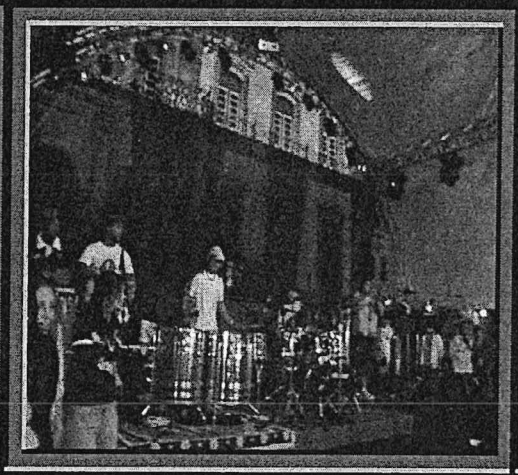
Fotos





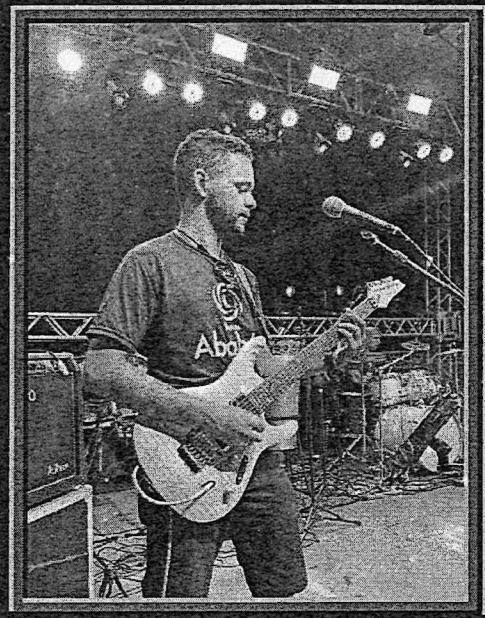




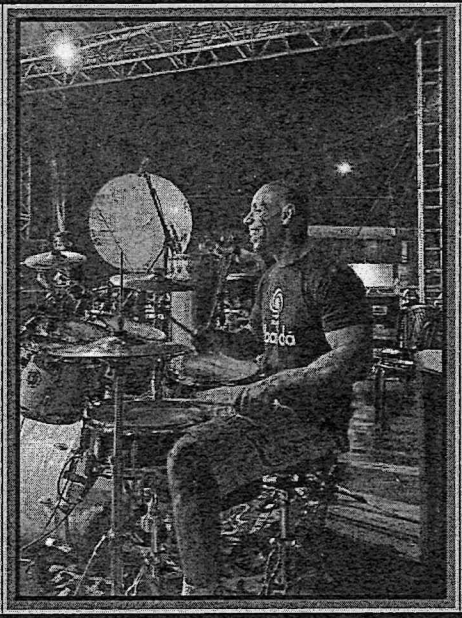




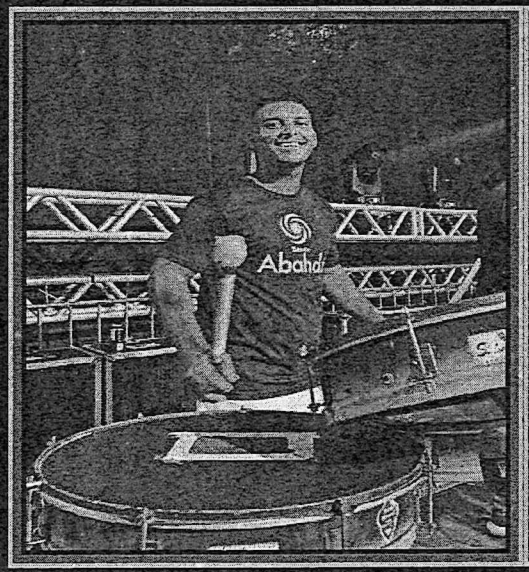
Fotos



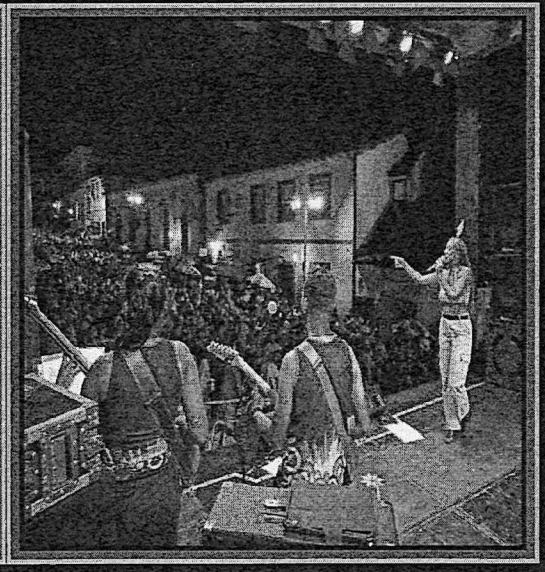






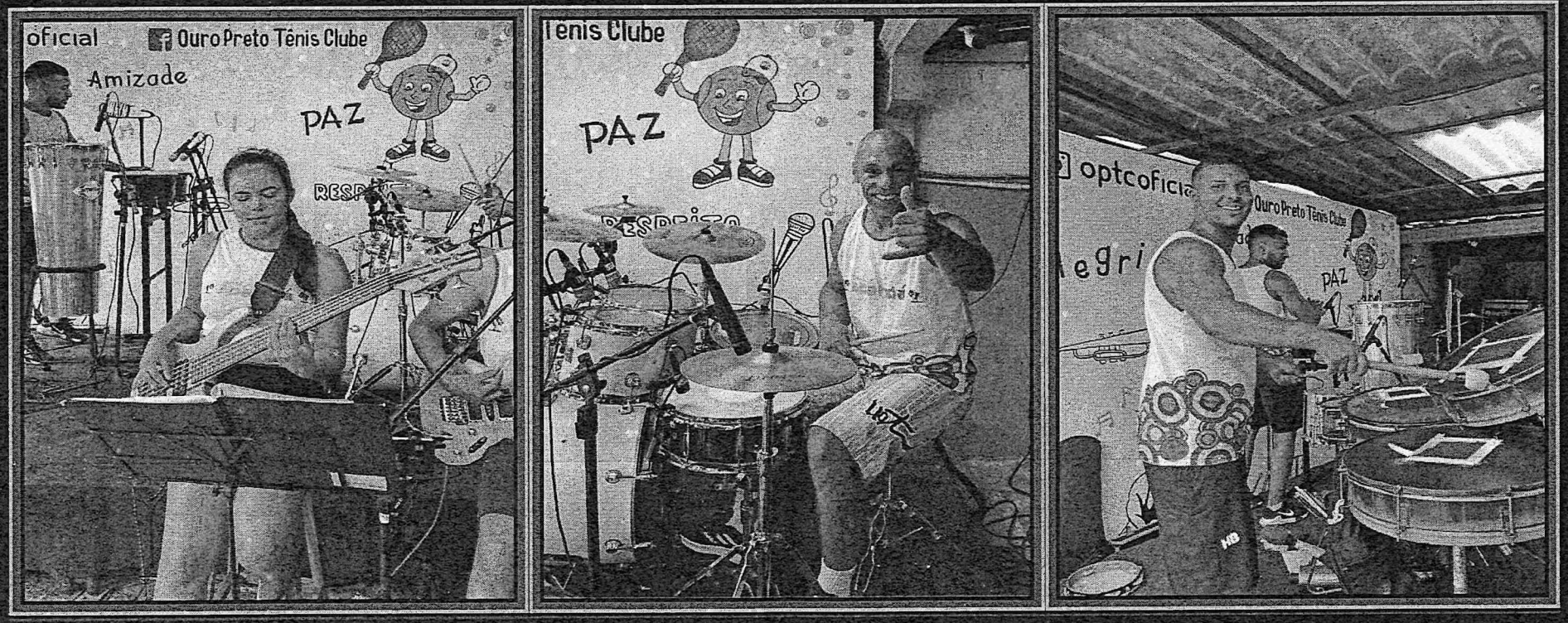






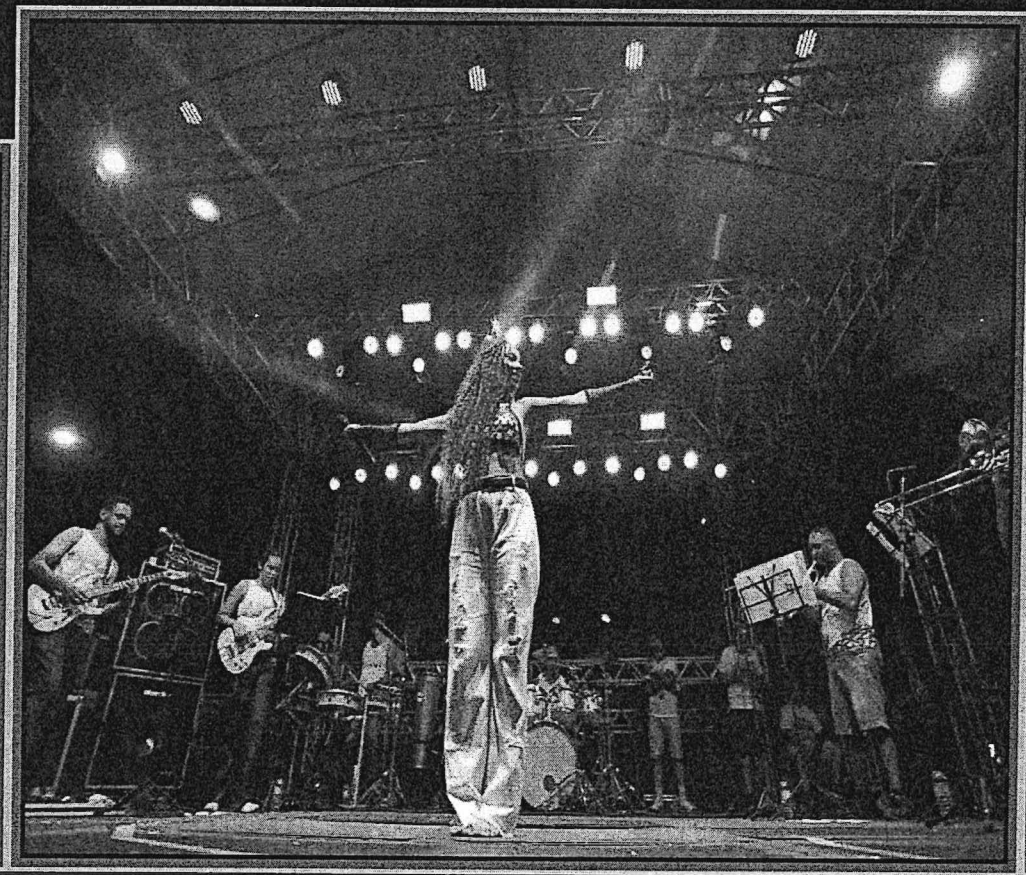
Fotos

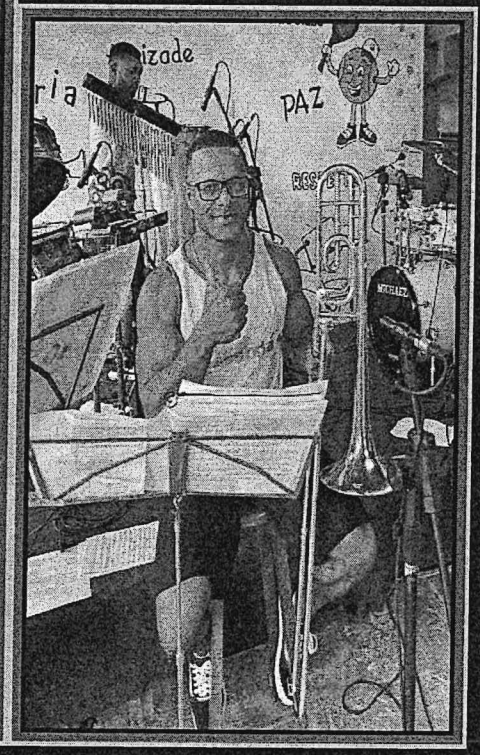
Fotos


oficial
Ouro Preto Tênis Clube
Amizade
PAZ
Tênis Clube
PAZ
Ouro Preto Tênis Clube
PAZ

Fotos







Fotos



BANDA
ABAHDÁ

Portifólio

Mariana, Cultura da Alegria
Carnaval 2009



Shows Praça Tancredo Neves

hs	20/02 6ª Feira	21/02 Sábado	22/02 Domingo	23/02 2ª Feira	24/02 3ª Feira
às 23h	Banda Abadá Recruta	Flash Boys	Arrocha	Madeirada	Swing
00h	Shenandoah	Alucinação	Chocolate com Pimenta	Curtição	Swing da Cor



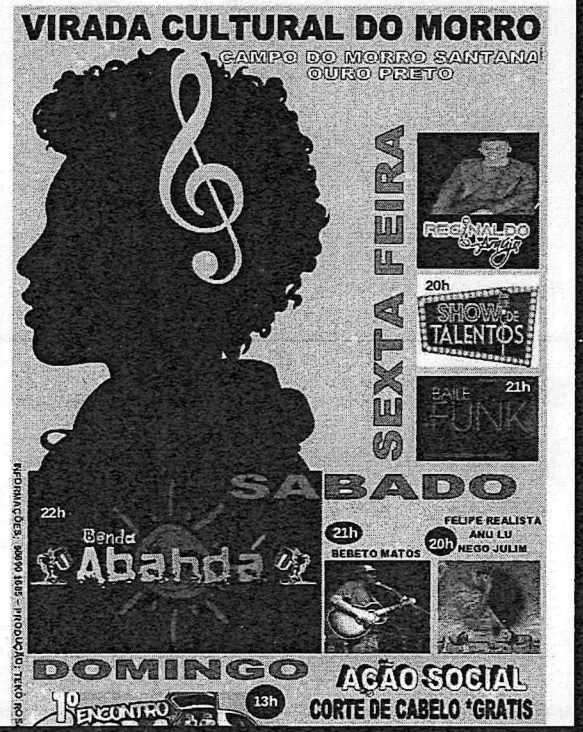





13 A 17
DE SETEMBRO
PARQUE DAS CAVALHADAS - AMARANTINA
OURO PRETO - MG
ENTRADA FRANCA!
FESTA DE SÃO GONÇALO
&
CAVALHADAS DE AMARANTINA
DEYVISSON MARCELO
BANDA ABAHDÁ
DJ FRED
FORRÓ DE BOLSO
DINEY MAPA
RENATO MATOS
5ª FEIRA / 13/09
6ª FEIRA 14/09
SÁBADO / 15/09
DOMINGO /16/09
2ª FEIRA 17/09
APOIO:
PATROCINADORES:
REALIZAÇÃO:


VIAÇÃO CIPÓ
12, 13, 14 ABRIL
PRESENÇA CONFIRMADA DOS MELHORES BARES E RESTAURANTES DE OURO PRETO E DISTRITOS:
AS COMEMORAÇÕES CONTINUAM EM
Ouro Preto
DJS E SHOWS COM BANDAS:
ABADHÁ
FORRÓ DE BOLSO
AMIGOS DO SAMBA
FUNDO DE PANELA
SILVIA GOMES
TÂNIA AZZE
MARCOS E GABRIEL
ESPAÇO KIDS


FESTA DE SÃO BARTOLOMEU
24 A 26 de agosto 2018
PROGRAMAÇÃO:
Sexta-feira- 24 de agosto
17:20 - O envio da Bandeira - Músicas e Poesia - Igreja
19:30 - Procissão da Bandeira de São Bartolomeu
22:00 - Serenata e Modas de Viola - Vicentina Gomes - Adro
23:59 - Show Sertanejo - área de eventos
Sábado- 25 de agosto
02:00 - Fanfarra da APAE
13:00 - Fanfarra Horácio Andrade
14:00 - Bar da Mariza
15:00 - Palestra sobre a Igreja de São Bartolomeu
19:30 - Procissão da Bandeira do Divino
22:00 - Orquestra de Vozes Arpejo - adro
23:60 - Banda Abadá - área de eventos
01:30 - Forró Canzão
Domingo - 26 de agosto
09:00 - Alvorada Festiva
09:00 - Folia do Divino
11:30 - Cortejo Imperial
12:00 - Fanfarra Juvenema Drumond
14:00 - Boi da Manta
15:00 - A Cor do Samba - área de eventos
17:00 - Encerramento - Procissão e apresentação e da nova equipe de leiteiros
Imperador: Antônio José Rufino
Rainha: Thamires Luiza Fortes Dias
Mordomo da São Bartolomeu Fernando B. Farias
Mordomo do Divino Maria das Graças S. Fernandes
Organizadores: Antônio Fonseca(Tuiuti), Bartolomeu Fortes, Roberto B. da Costa, Rogério Cajaz e Walter Rufino
POLÍCIA MILITAR
O LIBERAL
Italiala


VIRADA CULTURAL DO MORRO
CAMPO DO MORRO SANTANA
OURO PRETO
SEXTA FEIRA
REGINALDO
20h
SHOW DE TALENTOS
21h
BAILE FUNK
SÁBADO
22h
Banda Abadá
21h
BEBETO MATOS
20h
FELIPE REALISTA
ANU LU
NEGO JULIM
DOMINGO
1º ENCONTRO
13h
AÇÃO SOCIAL
CORTE DE CABELO *GRATIS
INFORMAÇÕES: 99999 1585 - PRODUÇÃO: TEKO ROC

TRADICIONAL QUEIMA DO

JUDAS

AMARANTINA - OP/MG

2019

A APENAS 70KM DE BH

20/4 - Sábado de Aleluia — 19h Abertura



20h Diney Mapa: o bruto do Sertanejo



22h Seu Dock Black Music



0h Som Mecânico

21/4 - Domingo de Páscoa — 14h Abertura



15h Grupo Fundo de Panela
Samba e Pagode



17h Banda Abahdá
Axé



19h Dudu
DJ

RUA PADRE PEDROSA, CENTRO, AMARANTINA - OURO PRETO MG — ENTRADA FRANCA

AQUARIUM
BEER E ESPETERIA

16+
CLASSIFICAÇÃO COM ACOMPANHANTE

SEXTANEJA

SÁBADO PRIME



LENNO HENRIQUE

05 JULHO SEXTA 22 HORAS

06 JULHO SÁBADO 22 HORAS



PORTARIA LIBERADA ATE MEIA NOITE
REVISTA NO LOCAL | ENTRADA C/ IDENTIDADE

RUA CÍCERO FERREIRA, 45 - ANTIGA DISCOTECA
ENTRADA PELA RUA DEBAIXO - PASSATEMPO MG

+INFO (31) 9.8720-2706

OURO PRETO

Festeja Juventude
Festival da juventude de ouro preto

CARNAVALIZA

ENTRADA FRANCA
SE PUDER LEVE 1KG DE ALIMENTO

SEXTA FEIRA - 18 \OUT

20h



ESCOLA DE SAMBA
IMPERIO DO MORRO SANTANA

21h



CENTRO DE EVENTOS DA FABRICA DE TECIDOS OUROPRETANA
CAMINHO DA FABRICA - OURO PRETO INF: 986901685 * APOIO: AUDÁCIA MODAS \ SALÃO DA PRETA

FESTIVAL DE VERÃO OPTC

PRÉ CARNAVAL

11.FEV



13h • Aerodance
16h • Banda abalô

12.FEV

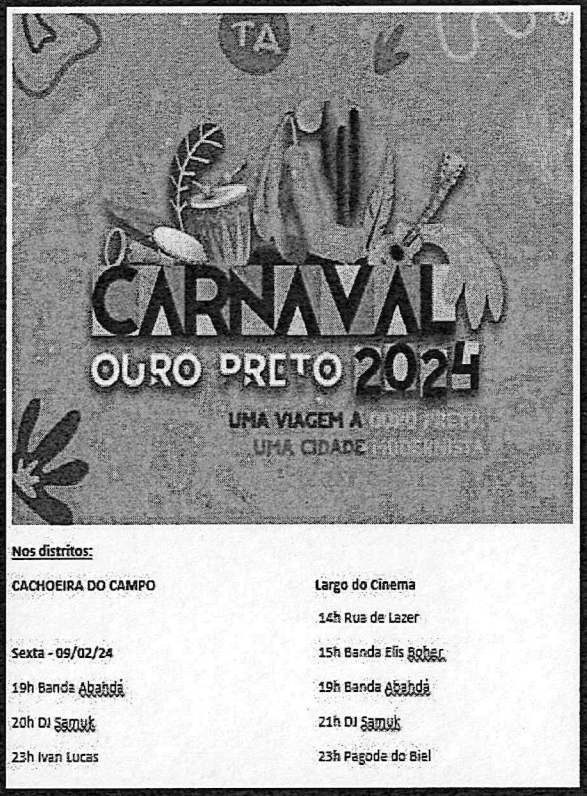


13h • Banda Abahdá
16h • Negão Do Pizeiro

optcoficial — OPTC — clubeoptc







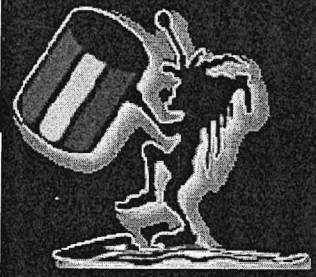
Dentre eventos realizados, destaque para: Casas noturnas; Festas de Formaturas; Festas de casamentos e aniversários e Festas do Município.

Rider Técnico



CH	Instrumentos	Captação
1	Bumbo	1 mic para bumbo
2	Caixa	1 mic shure SM 57
3	Caixa esteira	1 mic shure SM 57
4	Hit-Hat	1 mic para Hit hat
5	Tom 1	1 Mic para cada tom
6	Tom 2	
7	Tom 3	
8	Surdo	1 mic
9	Over R	1 mic
10	Over L	1 mic
11	Timbal	1 mic
12	Percussão Efeitos	1 mic condensador
13	Bacurinhas (02)	2 Mic

CH	Instrumentos	Captação
13	Surdo 20" Med	1 Mic para bumbo ou SM58
14	Surdo 18" Hi	1 Mic para bumbo ou SM58
15	Surdo 22" Low	1 Mic para bumbo ou SM58
16	Conga Hi	1 mic shure SM 57
17	Conga Low	1 mic shure SM 57
18	Guitarra	Mic/Direct Box
19	Baixo	Direct Box
20	Trompete	1 mic shure SM 57
21	Trombone	1 mic shure SM 57
22	Voz Principal 01	1 mic sem Fio
23	Voz Principal 02	1 mic sem Fio
24	Voz Guitarra	1 mic (ponto p/ banda e Bac)
25	Voz Baixo	1 mic (Bac Vocal)



P.A.

O sistema de P.A. deve ser proporcional ao local do show, tendo qualidade e tamanho adequado para atender a audiência com suficiente pressão sonora.

Palco

Todo o equipamento da banda (teclados, pedais, etc...) funcionam com tensão de **110/127 volts**
Medidas mínimas: 8mtsX6mts, com tablados para Bateria, Metais e Percussão (se possível)

Vias Monitor

1. Voz principal 1 IN EAR UHF/Monitor
2. Guitarra – Fone/Monitor
3. Baixo – Fone/Monitor
4. Trompete - Fone/Monitor
5. Trombone - Fone/Monitor
6. Bateria - Fone/Monitor
7. Percussão 1;2 e 3 - FonesMonitor
8. Bac Vocal - Fone/Monitor
9. Side R e Side L

Mapa de Palco

Banda Abahdá



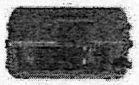




Trombone



Trompete





Amp. Baixo



Voz Principal

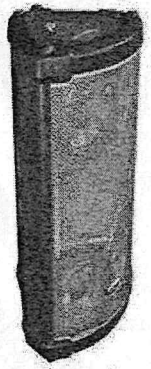




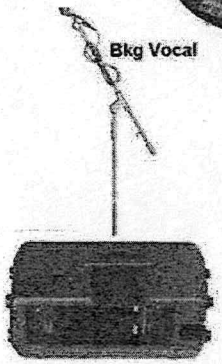
AC 127v Pedais



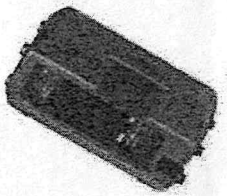
Amp. Guitarra



Side L

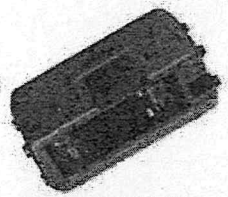


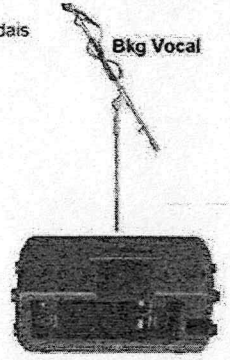
Bkg Vocal



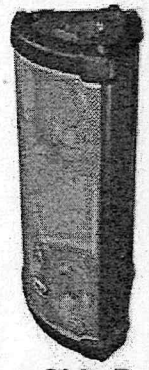


Voz Principal





Bkg Vocal



Side R

Contatos

Telefones:

(31) 98716-5688 ----- (31) 98815-7331

(Priscila Borges)

Email:

bandaabahda@gmail.com.br

Página Facebook

https://www.facebook.com/bandaabahda/

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICIPIO DE MARIANA
Praça Juscelino Kubitschek, - Centro - Mariana - MG
CEP: 35420-003 CNPJ: 18.295.303/0001-44 Telefone: (31) 3557-9018
E-mail: compras@mariana.mg.gov.br Site: 3135579018

061

Solicitação de Compra Nº 68/2026

CONTRATAÇÃO DA BANDA ABAHDA PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO CARNAVAL DE MARIANA DE 2026

Solicitante: MARCOS EDUARDO BATISTA **Data da Solicitação:** 27/01/2026
Organograma: 2400000000 - SECRETARIA MUN PATRIM CULTURAL E TURISMO - SECULT
Local de Entrega: SEDE DO MUNICIPIO
Objeto: CONTRATAÇÃO DA BANDA ABAHDA PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO CARNAVAL DE MARIANA DE 2026
Justificativa: CONFORME DFD Nº 033 O CARNAVAL É UMA DAS FESTIVIDADES MAIS TRADICIONAIS DA CIDADE, ATRAINDO MORADORES, VISITANTES DAS CIDADES VIZINHAS E TURISTAS DE DIVERSAS REGIÕES, MOVIMENTANDO O COMÉRCIO LOCAL, FORTALECENDO O SETOR DE SERVIÇOS E PROMOVENDO A CIRCULAÇÃO DE RENDA. DESSA FORMA, A CONTRATAÇÃO DA ATRAÇÃO JUSTIFICA-SE PELA NECESSIDADE DE ASSEGURAR A QUALIDADE ARTÍSTICA DO CARNAVAL DE MARIANA 2026, FORTALECER O CALENDÁRIO CULTURAL DO MUNICÍPIO E GARANTIR O DIREITO DA POPULAÇÃO AO ACESSO Á CULTURA, AO LAZER E AO ENTRETENIMENTO EM EVENTO DE GRANDE PORTE E TRADIÇÃO REGIONAL.
Observações:

Itens solicitados:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Preço Unit. Previsto	Preço Total Previsto
1	1,000	SV	APRESENTACAO ARTISTICA BANDA ABAHDA - PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO CARNAVAL DE MARIANA DE 2026	10.000,0000	10.000,00

Máscara	Descrição da Despesa	Valor Estimado

Preço Total Itens: 10.000,00

Mariana, 27 de Janeiro de 2026.

MARCOS EDUARDO BATISTA

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICIPIO DE MARIANA
NOTA DE BLOQUEIO
C.N.P.J.: 18.295.303/0001-44
Município: MARIANA

Data: 30/01/2026
Usuário: pansierenunes

Nº do Bloqueio: **1328918/2026**
Data do Bloqueio: 28/01/2026

Órgão:	24.000	SECRETARIA MUN PATRIM CULTURAL E TURISMO - SECULT
Unidade:	24.001	ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECULT
Funcional:	13.392.0016	Difusão Cultural
Projeto/Atividade:	2.552	REALIZAÇÃO DO CARNAVAL DE MARIANA
Elemento:	3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Código reduzido:	575	

062

Informamos que o saldo da dotação encontra-se suficiente e já foi bloqueado, conforme descrito abaixo

Histórico	Data Bloqueio	Processo administrativo	Saldo da Dotação	Valor Bloqueado	Valor Desbloqueado	Saldo Atual
1.708.000.0000	28/01/2026	49/2026	634.800,00	10.000,00	0,00	624.800,00

CONTRATAÇÃO DA BANDA ABAHDA PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO CARNAVAL DE MARIANA DE 2026

Fonte de Recursos:

Número:	Descrição:	Valor:
1.708.000.0000	Transferência da União Referente à Compensação	10.000,00

Anderson Lopes Coelho Stoppa
..236-**
ASSESSOR TÉCNICO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

063

Termo de Abertura/autuação

Ao 28º dia do mês de janeiro do Ano de **2026,** nesta cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais, faço abertura dos Autos do **PRC 35/2026**. Os autos do presente processo são autuados com folhas, incluindo o presente termo. Do que, para constar, lavro o presente termo.

Érika Alves Quirino
Coordenadora Geral de Compras

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

064

ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO

Exmo. Sr. Secretário,

Ocorrendo a necessidade de abertura de processo para:
CONTRATAÇÃO DA BANDA ABAHDA PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO CARNAVAL DE MARIANA DE 2026

Solicito que seja a mesma autorizada nos moldes da lei 14.133/2021 e suas alterações. Sendo assim, sugerimos o uso da modalidade **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** para o caso.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

24.001.13.392.0016.2.552.339039 Fonte de Recursos 1708 FICHA 575

Valor Global Estimado: R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS.)

Mariana, 28 de Janeiro/2026

Érika Alves Quirino
Coordenadora Geral de Compras

De acordo:

MARCOS EDURDO BATISTA
Secretário Municipal do Patrimônio Cultural, Turismo e Lazer.

PARECER EM PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE: 46/2026

PROCESSO: 49/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA BANDA ABAHDA PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO CARNAVAL DE MARIANA DE 2026.

A Coordenadoria Geral de Compras do Município de Mariana, em atendimento ao pleito da Ilma. Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo, com fulcro no artigo 33, do Decreto Municipal nº 11.812, de 23 de abril de 2024, vem apresentar seu parecer opinativo acerca do procedimento de **Inexigibilidade de Licitação nº 062/2024,** nos limites de sua competência, visto tratar-se de competência exclusiva do ordenador de despesas, a responsabilidade pelos processos de inexigibilidade e dispensa de Licitação.

Assim como determina o artigo 31, do mesmo regulamento Municipal, que dispõe no seguinte sentido:

> **Art. 31.** As inexigibilidades de licitação são processos de compras ou contratações diretas de competência exclusiva do ordenador de despesas, devendo os mesmos ser instruídos pelo encarregado de planejamento da contratação, na forma estabelecida, neste Decreto, no art. 32, e art. 1º no que couber, observadas as atribuições da Coordenadoria de Compras dispostas nos arts. 6º e 7º, deste Decreto.

Deste modo, não cabe a esta Coordenadoria adentrar nos critérios de conveniência e oportunidade do ato administrativo, tampouco análise de preços, cabendo tão somente a manifestação acerca da possibilidade da aplicação do instituto da Inexigibilidade de Licitação para o pleito sob análise.

Sendo assim, passa-se as considerações iniciais e ato contínuo ao posicionamento final dessa unidade.

CONSIDERANDO a justificativa trazida pela Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo no que tange a necessidade de contratação do show proposto a fim de abrilhantar o Carnaval Mariana **2026**;

CONSIDERANDO a manifesta necessidade de estimular a celebração da festividade da cidade e fomentar a economia, divulgando a cultura local, atraindo maior público.

CONSIDERANDO que o Carnaval é uma festa cultural e popular do nosso país e está inserido no Calendário Oficial de Eventos do Município de Mariana;

CONBSIDERANDO que a festividade em tela é de grande relevância para a cidade, uma vez

que, atende as políticas de acesso universal à cultura e ao direito de lazer previsto na Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO o notório reconhecimento do público em geral no que tange ao trabalho da banda em comento, e já terem se apresentado em diversos eventos de grande repercussão popular, conforme se verifica nos documentos acostados ao feito;

CONSIDERANDO a legitimidade de representação dos interesses da banda, visto que a contratação, em tela será viabilizada entre este município e empresa devidamente munida de poderes de representação exclusiva na forma da lei;

CONSIDERANDO que os valores ofertados se aproximam do já praticado no mercado, visto encontrarem-se balizados pelos documentos acostados ao feito quais sejam notas fiscais emitidas em data não inferior a um ano;

Frise-se que não compete a esta Coordenadoria de Compras prover a análise de conveniência e oportunidade do ato administrativo em tela, visto que compete exclusivamente ao ordenador de despesas da pasta requisitante.

Destarte, havendo pareceres favoráveis à legalidade e regularidade da contratação fronte as questões ora tratadas, com fincas no texto da Lei nº 14.133/21, especialmente em seu artigo 74, inciso II, entendemos que o caso em tela se enquadra nas possibilidades de **INEXIGIBILIDADE** de licitação prevista em lei.

Ato contínuo, encaminhe-se o presente procedimento à Procuradoria e à Controladoria Geral do Município para que estas manifestem-se pela regularidade do feito, sob os mais diversos aspectos que abrangem suas competências e atribuições legais.

É o parecer, salvo melhor apreciação

Mariana, 27 de janeiro de 2026

Érika Alves Quirino
Coordenadoria Geral de Compras

PREFEITURA DE MARIANA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Praça Juscelino Kubistchek, s/nº
Centro | Mariana-MG | CEP 35420-000
Telefone: 31 3557 9037
www.mariana.mg.gov.br

PARECER DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

EMENTA: PARECER - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 046/2026 – PRC 049/2026 - PROFISSIONAL DO SETOR ARTÍSTICO – PROCESSAMENTO E TRAMITES REGULARES.

I – RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo de inexigibilidade de licitação que objetiva a contratação artística da "Banda Abahda", para apresentação artística, a pedido da Secretaria de Patrimônio Cultural e Turismo.

Ressalte-se que o exame aqui empreendido se restringe aos aspectos jurídicos do procedimento, excluídos, portanto, aqueles que abrangem conveniência e oportunidade para a celebração do ato, bem como os elementos de natureza eminentemente técnica, financeira e orçamentária, o que inclui o detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e especificações, uma vez que as questões técnicas fogem das atribuições deste órgão de consultoria, sendo afetos aos setores competentes da Administração.

Com relação a esses dados, parte-se da premissa de que a autoridade competente se municiará dos conhecimentos técnicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, conforme orientação constante da Boa Prática Consultiva – BPC/AGU n° 7, que assim dispõe:

> A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento. (Manual de Boas Práticas Consultivas aprovado pela Portaria Conjunta n° 01, de 2 de dezembro de 2016).

É o relatório.

II – DA PROPRIEDADE DO PARECER JURÍDICO – PRERROGATIVA CONSTITUCIONAL DO ART. 133 – MANIFESTAÇÃO FUNDAMENTADA NO LIVRE EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO PROCURADOR

Cumpre frisar que o artigo 133, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como o artigo 2°, § 3°, da Lei Federal n° 8.906, de 4 de julho de 1994, estabelecem que: "*o Advogado é indispensável à administração da Justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei*".

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

PREFEITURA DE MARIANA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Praça Juscelino Kubistchek, s/nº
Centro | Mariana-MG | CEP 35420-000
Telefone: 31 3557 9037
www.mariana.mg.gov.br

Seguindo esta linha de raciocínio, vale também citar o inciso I, do artigo 7°, da mencionada Lei 8.906/94, que estabelece ser direito do Procurador Advogado, dentre outros: "*exercer, com liberdade, a profissão em todo o território Nacional*".

Assim, é relevante esclarecer que o papel do Advogado se resume em opinar a respeito da regularidade, formal ou não, como ainda, a respeito da constitucionalidade ou legalidade, ou não, de determinado ato ou negócio jurídico. Ao emitir parecer, o Advogado é totalmente destituído de competência para ato decisório, sendo que apenas firma seu entendimento a respeito daquela questão jurídica, passível de ser aceito ou não pelas instâncias com poder decisório sobre a questão.

Também vale ressaltar que é cediço que os pareceres jurídicos não integram o núcleo essencial do ato administrativo, posto que se tratam de meras opiniões técnico-jurídicas emitidas pelo operador do Direito, que, em última análise, não criam nem extinguem direitos, mas, apenas, orientam o administrador a tomar uma decisão no momento de praticar o ato administrativo e, somente o último poderia ser objeto de investigação sobre a sua legalidade.

O saudoso professor Hely Lopes Meirelles, assim já se manifestara sobre aludida matéria:

> "Pareceres Administrativos são manifestações de órgãos técnicos sobre assuntos submetidos à sua consideração. O parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por ato subsequente. Já então, o que subsiste como ato administrativo não é o parecer, mas sim o ato de sua aprovação, que poderá revestir a modalidade normativa, ordinária, negocial ou punitiva." (Meirelles, 2002, p. 189).

No mesmo sentido, o entendimento de Celso Antônio Bandeira de Mello:

> "Os pareceres alocam-se no campo da administração consultiva e configuram atos que visam a informar, elucidar, questões a serem decididas por outros órgãos (...), nada decidem. Nada resolvem e também não contêm em si nem autorização para a prática de outros atos, nem aprovação ratificação ou homologação deles. Não é esta sua tipologia. São simplesmente juízos técnicos que elucidam as autoridades competentes para adotarem as providências de suas respectivas alçadas." (Mello, 1996, p. 63)

Registra-se que o presente parecer não tem efeito vinculativo, nem tampouco decisório, tendo as autoridades a quem couberem a sua análise, plenas condições de decidir de maneira contrária ao parecer, como ainda, não o acolher ou acolhê-lo em parte, tratando-se a presente peça de caráter meramente opinativo.

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.772

PREFEITURA DE MARIANA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Praça Juscelino Kubistchek, s/nº
Centro | Mariana-MG | CEP 35420-000
Telefone: 31 3557 9037
www.mariana.mg.gov.br

III – FUNDAMENTAÇÃO

III.1 – DA POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme art. 53, §4.°, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Primeiramente, quanto a obrigatoriedade do procedimento licitatório que decorre de mandamento constitucional previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988, a não realização de licitação, também pelo dispositivo constitucional supra, pode acontecer, mediante casos ressalvados em legislação que estabeleça normas gerais de contratação para a Administração Pública, hipóteses que podem ser caracterizadas ou pela dispensa ou pela inexigibilidade.

Salientamos ainda o disposto no artigo 11, da Lei nº 14.133/2021 que enfatiza que além da garantia do tratamento isonômico entre os eventuais interessados, a licitação destina-se à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. Vantajosidade não se confunde com menor preço, mas com obtenção do bem ou serviço que melhor satisfaça o interessa da Administração.

Nesse norte, a realização da licitação é, em regra, *conditio sine qua non* para a consecução da contratação pública. Com efeito, é preciso que a Administração obtenha a proposta mais vantajosa ao interesse público e, ainda, conceda a todos os interessados igualdade de condições.

Excepcionalmente, em situações de inviabilidade de competição, a própria lei estabelece hipóteses de inexigibilidade de licitação, conforme previsto no art. 74 da Lei nº 14.133 de 2021, autorizando a Administração a realizar contratação direta, sem licitação.

III.2 – DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

O artigo 72 da Lei nº 14.133, de 2021, elenca providências e documentos que devem instruir a fase de planejamento do processo de contratação direta, conforme abaixo transcrito:

> I – Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
> II – Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
> III - Parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
> IV – Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
> V – Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
> VI – Razão da escolha do contratado;
> VII - Justificativa de preço;
> VIII - Autorização da autoridade competente.

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

PREFEITURA DE MARIANA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Praça Juscelino Kubistchek, s/nº
Centro | Mariana-MG | CEP 35420-000
Telefone: 31 3557 9037
www.mariana.mg.gov.br

A análise da presente inexigibilidade de licitação tem por objeto a contratação artística da "Banda Abahda" para apresentação artística no Município de Mariana-MG, a pedido da Secretaria de Patrimônio Cultural e Turismo, com fulcro no o inciso II, do art. 74 da Lei 14.133/2021 e no artigo 37, inciso XXI da Carta Magna, os quais permitem a Administração Pública, depois de cumprida com todas as formalidades legais pertinentes ao procedimento de contratação, proceder aos moldes de inexigibilidade de licitação ao processo licitatório desde que preencha com os requisitos e exigências legais.

No presente caso a Lei Federal n° 14.133/21, em seu art. 74, inciso II, trouxe a possibilidade de contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, por meio de inexigibilidade de licitação.

A excepcionalidade permite a Administração Pública realizar contratações diretas, nas hipóteses em que o procedimento licitatório é dispensado, consoante art. 75 e naquelas em que ele é inexigível, conforme art. 74 ambos da Lei 14.133/2021.

Em termos gerais quanto a contratação e sua instrução, consta, Documento de Formalização de Demanda (fls. 001/003) Estudo Técnico Preliminar (fls. 004/010), Termo de Referência (fls. 012/020), todos aprovados e assinados pelo Secretário Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo.

A estimativa prévia de preço da contratação em R$ 10.000,00 (dez mil reais), trata-se de matéria de ordem econômica que deve observar o disposto no art. 23 da Lei n. 14.133/2021, ou seja, o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerando os preços constantes nas notas fiscais e contratações públicas e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. Tal estimativa consta no Estudo Técnico Preliminar (fls. 004/010) e na justificativa de preço (fl. 022).

Consta, à fl. 062, o bloqueio orçamentário que demonstra compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido pelo artista "Banda Abahda" com a celebração do contrato.

Acostada documentação referente aos requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária (fls. 025/049). Isto posto, os documentos de qualificação devem ser avaliados tecnicamente pela secretaria ordenadora de despesas, responsável pela elaboração do Termo de Referência, conforme observa-se às fls. 015/016. Deste modo, acostada declaração em atendimento ao disposto no artigo 72, V, da Lei 14.133/2021 assinado pelo ordenador de despesas (fls. 021).

A razão da escolha do contratado pode ser observada às fls. 012/013, na qual o Secretário ordenador de despesas afirma que:

> "O Carnaval é uma das festividades mais tradicionais da cidade, atraindo moradores, visitantes das cidades vizinhas e turistas de diversas regiões, movimentando o comércio local, fortalecendo o setor de serviços e promovendo a circulação de renda. Além de seu impacto econômico, o evento desempenha papel fundamental na valorização da cultura local, na promoção do lazer e no fortalecimento da identidade marianense. A

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

PREFEITURA DE MARIANA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Praça Juscelino Kubistchek, s/nº
Centro | Mariana-MG | CEP 35420-000
Telefone: 31 3557 9037
www.mariana.mg.gov.br

> inclusão de atrações musicais qualificadas contribui para ampliar a visibilidade do evento, assegurar a participação popular e garantir a diversidade de ritmos e estilos, respeitando a tradição carnavalesca e atendendo às expectativas da comunidade. A contratação em questão é indispensável para a composição de uma programação atrativa, segura e organizada, capaz de atender ao planejamento da Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo e cumprir os objetivos definidos para o Carnaval 2026. Ressalta-se, ainda, que a definição prévia das atrações possibilita uma melhor estruturação logística, maior eficácia nas ações de divulgação e a contratação tempestiva de demais serviços necessários para a realização do evento. Dessa forma, a contratação da atração justifica-se pela necessidade de assegurar a qualidade artística do Carnaval de Mariana 2026, fortalecer o calendário cultural do município, fomentar a economia local e garantir o direito da população ao acesso à cultura, ao lazer e ao entretenimento em evento grande porte e tradição regional."

Consta proposta às fls. 023 e release às fls. 052 e seguintes. Ressalta-se que a razão da escolha do contratado é de exclusiva responsabilidade do ordenador de despesas.

A autorização da autoridade competente para a contratação direta mediante Inexigibilidade de licitação com fulcro no artigo 74, inciso II da Lei 14.133/2021 pode ser verificada às fls. 064, com a "Abertura do Processo Licitatório".

A justificativa de preços pode ser comprovada por meio da nota fiscal de fl. 050, bem como pela fundamentação apresentada pelo ordenador de despesas, à fl. 022. Recomenda-se que a justificativa de preços seja corroborada com demais contratos e/ou notas fiscais, em contratações similares com a administração no período de até 01 (um) ano.

Nesse sentido, a Administração deve observar o que dispõe a Orientação Normativa/AGU nº 17, a seguir:

> A RAZOABILIDADE DO VALOR DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PODERÁ SER AFERIDA POR MEIO DA COMPARAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA COM OS PREÇOS PRATICADOS PELA FUTURA CONTRATADA JUNTO A OUTROS ENTES PÚBLICOS E/OU PRIVADOS, OU OUTROS MEIOS IGUALMENTE IDÔNEOS.

A pesquisa de mercado nas contratações diretas é tratada na Lei n.º 14.133, de 2021:

> Art. 23 (...) § 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

> no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

O §2° do artigo 74 da Lei 14.133/2021 determina que:

> "(...) considera-se empresária exclusiva a pessoa física ou jurídica que possua contrato, declaração, carta ou outro documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico, afastada a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico"

Para tanto, foi juntada Carta de Exclusividade, à fl. 024. Todavia, esta se encontra apócrifa, razão pela qual fica o prosseguimento do processo de contratação condicionado à apresentação desta assinada pela declarante.

O objeto singular torna inviável a realização da licitação, visto que o serviço/produto somente pode ser elaborado ou entregue por pessoa jurídica singular, diretamente ou através de representante exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Segundo Joel de Menezes Niebuhr[1], é cabível a inexigibilidade de licitação para a contratação de profissionais do ramo artístico nos seguintes termos:

> A inexigibilidade para contratação de serviços artísticos, por sua vez, encontra fundamento na subjetividade que lhes é imanente. A arte não é ciência, não segue métodos, não é objetiva. Antes disso, a arte é expressão da alma, do espírito, da sentimentalidade, da criatividade, por tudo e em tudo singular. Desta maneira – é imperativo ressaltar em virtude de ser muito frequente a confusão – a inexigibilidade para a contratação de serviços artísticos não depende da inexistência de outros artistas que também possam prestar o serviço. Aliás, pode e costuma haver vários artistas capazes e habilitados, mas, mesmo assim, inexigível é a licitação pública, em tributo à singularidade de expressão.

Através da Consulta n°. 14/2013, o Ministério Público do Estado de Minas, através do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público (CAOPP), afirmou que não há como definir, segundo os critérios legais, o que venha a ser "crítica especializada" e qual o alcance de sua atuação. Citando Diógenes Gasparini[2], a resposta é apresentada:

> Por força do estabelecido no inciso III do artigo 25 do Estatuto Federal Licitatório, é inexigível a licitação para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião. O dispositivo em apreço não traz grandes

[1] NIEBUHR, Joel de Menezes. *Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública.* 4 ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p. 187.
[2] GASPARINI. Diógenes. *Direito Administrativo.* 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 323.

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

PREFEITURA DE MARIANA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Praça Juscelino Kubistchek, s/nº
Centro | Mariana-MG | CEP 35420-000
Telefone: 31 3557 9037
www.mariana.mg.gov.br

> dificuldades de interpretação, salvo no que concerne à consagração pela crítica especializada. Qual é essa crítica especializada? A local? A regional? A nacional? Cremos que se pode dizer que é a crítica local, regional (estadual) ou nacional, em razão do valor do contrato. Assim, se o contrato estiver dentro do limite de convite, será local; se estiver dentro do limite da tomada de preços, será regional; se estiver dentro do limite de concorrência, será nacional. O mesmo deve-se afirmar em relação à opinião pública.

Às fls. 054/059, constam apresentações correlatas do artista em eventos similares, a fim de demonstrar sua atuação no cenário musical e o alcance de sua especialização.

Desse modo, a juntada do presente Parecer Jurídico aos autos, associado aos trabalhos elaborados pela Procuradoria Geral do Município, auxilia no cumprimento dos requisitos do artigo 72 da Lei 14.133/2021.

Importante reforçar com o parágrafo único do mesmo art. 72 da Nova Lei de Licitações dispõe que: "O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial".

IV – CONCLUSÃO

Diante do exposto, após análise do caso em tela, sob o prisma eminentemente jurídico/formal, esta Procuradoria Geral, entende que é possível a contratação por Inexigibilidade de licitação de profissional do setor artístico a ser realizado pela "Banda Abahda", desde que cumpridas as seguintes ressalvas:

a) Seja apresentada a Carta de Exclusividade, devidamente assinada pela Declarante;

b) Seja colhida assinatura do Secretário ordenador de despesas na Abertura de Processo Licitatório de fl. 064.

c) Seja corroborada a justificativa de preços com demais contratos e/ou notas fiscais, em contratações similares com a administração no período de até 01 (um) ano.

Recomenda esta procuradoria que em processos de contratação de profissionais do setor artístico, seja especificado/desmembrado o valor da proposta, com o detalhamento do cachê artístico e dos custos de transporte, alimentação, entre outros.

É o parecer, à consideração superior.

Mariana, 02 de fevereiro de 2026.

Gustavo Galvão Santos
Procurador Jurídico - OAB/MG nº 172.712

Gustavo Galvão Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO

PARECER

Inexigibiliade 46/2026

Processo 49/2026

Em atenção às considerações apresentadas pelo Controle Interno, passa-se à análise e manifestação acerca dos quesitos apontados, nos seguintes termos:

a) Anexo a carta de exclusividade assinada.

c) A contratação que se visa realizar da Banda ABAHDA, para apresentação durante as festividades do Carnaval do Município de Mariana, encontra-se plenamente compatível com os valores praticados no mercado, conforme determina art. 23 da Lei 14.1333/2021.

Sua definição de R$ 10.000,00 (dez mil reais), para uma apresentação de 1:30 horas, engloba todos os custos da banda, e foi definido com base na contratação realizada pelo município de Ouro Preto no carnaval 2025, conforme nota anexa.

O valor previamente estimado da contratação Nos termos do art. 23, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a estimativa de preços poderá ser realizada com base em contratações similares realizadas pela Administração Pública ou por outros entes públicos. Nesse ponto, é despiciendo a apresentação de no mínimo três orçamentos, conforme exigido em outras hipóteses.

Dessa forma, constata-se que o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), sem qualquer atualização de preço, atende aos princípios da economicidade, razoabilidade e eficiência, estando devidamente justificado nos termos da legislação vigente, em especial da Lei nº

14.133/2021, não se verificando qualquer sobrepreço ou inadequação ao interesse público.

Quanto à ausência de indicação da dotação orçamentária, esclarece-se que tal situação decorre de deliberação previamente acordada entre a Secretaria de Patrimônio Cultural e Turismo, a Controladoria Geral do Município, a Procuradoria Geral do Município, bem como as Secretarias de Planejamento, Fazenda e Governança.

Considerando a necessidade de garantir a tempestiva tramitação dos processos relacionados à realização do Carnaval, ficou pactuado que os procedimentos administrativos seriam instaurados anteriormente à abertura formal do orçamento do exercício, de modo a evitar atrasos que comprometessem a execução do evento.

Nessa conjuntura, restou ajustado que a indicação da dotação orçamentária seria inserida oportunamente, tão logo ocorresse a abertura do orçamento e houvesse a definição precisa da dotação adequada para suportar a despesa, em estrita observância às normas orçamentárias e financeiras vigentes.

Mariana 3 de fevereiro de 2026

Filipe Vieira Babsky
Coordenador de Contratos e Prestação de Contas

Marcos Eduardo Batista
Secretário Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo

Banda Abahdá

CARTA DE EXCLUSIVIDADE

Por este instrumento jurídico particular eu, **Priscila Martins Borges**, RG nº. **MG-16.022.318** expedida pelo SSP/MG, CPF nº. **078249316-50**, residente/domicillado na Rua das Hortências, nº100 , Bairro Santa Cruz, na cidade de Ouro Preto - MG, de acordo com o art. 25, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações) e alterações posteriores, para todos os fins de direitos e obrigações, declara que a empresa COMPANHIA ALMA DELL'ART, situada na Rua Santos Dumont, nº 103, Bairro Horto, Betim - MG, CEP 32.604-126, inscrita no CNPJ 04.712.715/0001-28, com representante legal Emanoel Geraldo da Silva, Brasileiro, portador da RG nº MG 3.976.931 expedida pelo SSP/MG e inscrito no CPF sob o nº 828.783.906-87, residente a Rua Diamantina , nº167, Bairro Niterói, Betim, com único e legítimo a deter poderes para atuar com EXCLUSIVIDADE, para fins de representação da Banda Abahdá junto a órgão federais, estaduais, municipais, como também junto às empresas de cunho privado em todo o Brasil, para apresentar propostas referentes a apresentações musicais, escrever e inscrever projetos culturais junto às leis de incentivo e em editais, assinar contratos e outros instrumentos jurídicos, receber valores financeiros referentes a cachês artísticos ou patrocínios, emitir notas fiscais e recibos de quitação, com recolhimento dos tributos previstos na legislação vigente, filmar, fotografar nossas apresentações musicais e publicá-las na mídia (jornais, sites, redes sociais, etc).

Ouro Preto, 13 de janeiro de 2026.

Priscila Martins Borges

Priscila Martins Borges
RG: **MG - 16.022.318**
CPF: **078249316-50**

CONFERE COM ORIGINAL

PARECER DO CONTROLE INTERNO

INTERESSADOS: Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo.

ASSUNTO/OBJETO: Para análise e parecer desta Controladoria Geral, a Coordenadoria de Compras remeteu o processo administrativo supracitado, cujo objeto é a contratação da " BANDA ABAHDA " para compor a programação do Calendário Cultural 2026.

DADOS DO PROCESSO

Processo administrativo de contratação direta nº: 049/2026
Inexigibilidade de licitação nº: 046/2026
Dispositivo legal: Art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021

DO CONTROLE INTERNO

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 74, determinou a manutenção do sistema de controle interno e estabeleceu suas finalidades. Em obediência a esse dispositivo, pelas Leis Municipais Complementares nº 140/2014 e nº 250/2025, foi instituída e regulamentada a **Controladoria Geral do Município de Mariana**.

DA COMPETÊNCIA, ATUAÇÃO E CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES

A Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/21 determinou, em seu artigo 169, que a Administração Pública, em suas contratações, deverá sujeitar-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, e obedecerão a três linhas de defesa. A primeira composta por servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão; a segunda, composta pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão; e a terceira linha de defesa, composta pelo órgão central de controle interno da Administração e pelo tribunal de contas.

No artigo 169, §3º, a Lei nº 14.133/21 também atribuiu deveres comuns aos integrantes das três linhas de defesa, estabelecendo as medidas a serem adotadas quando da constatação de *"simples impropriedade formal"* ou *"de irregularidade que configure dano à Administração"* [1].

[1] **Lei nº 14.133/21 - art. 169, § 3º** - Os integrantes das 3 linhas de defesa a que se referem os incisos I, II e III do art. 169 "observarão o seguinte: **I** - quando constatarem simples impropriedade formal, adotarão medidas para o seu saneamento e para a mitigação de riscos de sua nova ocorrência, preferencialmente com o aperfeiçoamento dos controles preventivos e com a capacitação dos agentes públicos responsáveis; **II** - quando constatarem

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

Além da aplicação da Constituição Federal e da Lei nº 14.133/2021, na análise ora proferida, **aplicam-se**[2] as disposições do Decreto municipal nº 11.813/2024 e do Decreto municipal nº 11.812/2024, e **atua-se**[3], neste caso, como segunda linha de defesa, conforme competências administrativas dispostas nos arts. 16, alíneas "a" a "c", art. 17, 26 e 33, desse último, **sem adentrar nos aspectos jurídicos apontados pela Procuradoria, barreiras já vencidas, e ainda neste sentido, sem adentrar em análise de motivação, oportunidade e conveniência, tratando-se de atos de competência do Ordenador de Despesas.**

Acrescenta-se que o art. 31, do Decreto Municipal nº 11.812/2024, em sintonia com o inciso I, do art. 169 acima mencionado (primeira linha de defesa), estabeleceu que os processos de inexigibilidades de licitação são de competência exclusiva do ordenador de despesas, e que os mesmos devem ser instruídos pelo encarregado de planejamento da contratação.

Nos termos acima expostos, a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos constantes dos autos, contendo a tempo desta apreciação 075 folhas reunidas em um único volume. Nesta oportunidade, salienta-se que esta Controladoria Geral não elide ou respalda irregularidades que porventura não sejam detectadas no âmbito do trabalho de análise alheias aos autos do presente processo, estando ciente de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas a comprovação por todos os meios legais admitidos, sendo de inteira responsabilidade de quem, investido de competência legal, os tenham produzidos.

Explicitada a responsabilidade dos agentes públicos envolvidos na instrução e condução do presente processo de contratação, e demonstrada a competência do Controle Interno para análise e manifestação, apresenta-se parecer conclusivo acerca do processo administrativo de contratação direta, nos seguintes termos.

---

irregularidade que configure dano à Administração, sem prejuízo das medidas previstas no inciso I deste § 3º, adotarão as providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, observadas a segregação de funções e a necessidade de individualização das condutas, bem como remeterão ao Ministério Público competente cópias dos documentos cabíveis para a apuração dos ilícitos de sua competência.

[2]**Decreto municipal nº 11.813/2024** regulamenta o princípio da segregação das funções. **Decreto municipal nº 11.833/2024** regulamenta o sistema de registro de preços. **Decreto Municipal nº 11.812/214** regulamenta os ritos procedimentais, estabelecendo limites de atuação e competências administrativas nas fases interna e externa dos processos de licitação, dispensa, inexigibilidade, procedimentos auxiliares e adesões a atas de Registro de Preço.

[3]**Art. 16.** "A Controladoria Geral do Município atuará, quando solicitado formalmente, somente na fase externa do processo licitatório, na qual compete: **a)** A análise da formalização do processo licitatório, cumprimento de suas fases e encarte de documentos de acordo com as modalidades e tipos de contratação eleitos para cada objeto a ser licitado; **b)** A análise da existência de demonstração da vantagem econômica dos preços vencedores; **c)** A apreciação da pesquisa de preços que balizará a contratação, nos moldes do regulamento Municipal."
Art. 17. "A Controladoria Geral do Município, enquanto órgão responsável pelo controle dos atos administrativos, por ocasião do disposto no art. 16, deste Decreto, cabe emitir parecer conclusivo. **§ 1º.** Em caso de regularidade do ato processual os autos serão remetidos aos responsáveis com parecer recomendando a homologação do resultado do certame ou a ratificação da contratação direta, ou a continuidade do procedimento, conforme o caso. **§ 2º.** Em caso de irregularidades dos atos os autos serão remetidos aos responsáveis, com a indicação da inconsistência encontrada, recomendando a sua retificação, quando o vício verificado for sanável, ou anulação, em caso de vício insanável, ou o indeferimento, conforme o caso."

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

RELATÓRIO

O exame dos documentos que instruem o processo de contratação direta[4] por inexigibilidade de licitação demonstrou o que segue:

1. Consta o documento de formalização de demanda (DFD) – fls. 01 a 03 conforme disposto nos arts. 31 e 32 c/c §§2° ao 4°, do art. 1°, todos do Decreto Municipal n° 11.812/24, assinado pelo encarregado de planejamento da contratação responsável pela elaboração, aprovado pelo ordenador de despesas.

2. Consta o Estudo técnico preliminar – fls. 04 a 10, conforme disposto nos arts. 31, 32 c/c art. 1°, todos do Decreto Municipal n° 11.812/24, assinado pelo encarregado de planejamento da contratação responsável pela análise e elaboração, aprovado pelo ordenador de despesas, contendo os elementos obrigatórios e não obrigatórios estabelecidos no §1°, art. 18 da Lei n° 14.133/2021.

3. Consta a análise dos riscos, conforme disposto nos arts. 31 e 32 c/c §2° e §3°, do art. 1°, todos do Decreto Municipal n° 11.812/24, assinado pelo encarregado de planejamento da contratação responsável pela análise e elaboração, aprovado pelo ordenador de despesas – fl. 11.

4. Consta o Termo de Referência – fls. 12 a 20 conforme disposto nos arts. 31 e 32 c/c/ §§ 2°, 3°, 4° e 6° do art. 1°, todos do Decreto Municipal n° 11.812/2024, assinado pelo encarregado de planejamento da contratação responsável pela análise e elaboração, aprovado pelo ordenador de despesas, contendo os parâmetros e elementos descritivos elencados no art. 6°, inciso XXIII c/c art. 40, §1°, ambos da Lei 14.133/21.

5. Ressalvamos que, nenhum dos documentos de planejamento da contratação (DFD, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência), não há a indicação da dotação orçamentária;

6. Consta a proposta da futura contratada, no valor de R$10.000,00 (Dez mil reais) – fl. 023,

[4] **Lei 14.133/21 - Art. 72.** "O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: **I** - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo; **II** - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei; **III** - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos; **IV** - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; **V** - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária; **VI** - razão da escolha do contratado; **VII** - justificativa de preço; **VIII** - autorização da autoridade competente."

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

7. Consta manifestação do encarregado de planejamento da contratação explicitando a razão da escolha da futura contratada, no item 1 do DFD, tópico *"justificativa da necessidade"* – fl. 01; no item 1, tópico *"descrição da necessidade da contratação"* – fl. 04, e item 7, ambos do ETP; assim como nos itens 2 e 4 do Termo de referência – fls. 12 e 13, em atendimento ao disposto nos arts. 26 e 32, do Decreto Municipal nº 11.812/2024 e art. 72, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

8. Para a justificar e demonstrar o enquadramento da contratação na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II c/c § 2° do art. 74, da Lei nº 14.133/2021, em observância aos arts. 26 e 32 do Decreto Municipal nº 11.812/2024, foram apresentados os seguintes documentos: justificativa no item 1 do DFD, tópico *"justificativa da necessidade"* – fl. 01; no item 1, tópico *"descrição da necessidade da contratação"* – fl. 04, e item 7, ambos do ETP; assim como nos itens 2 e 4 do Termo de referência – fls. 12 e 13; Portfólios de apresentações anteriores fls. 052 a 060.

9. Consta nos autos a comprovação de que a empresa **COMPANHIA ALMA DELLART**, inscrita no **CNPJ sob o n°: 04.712.715/0001-28**, preenche os requisitos de habilitação e de qualificação mínima necessários por meio de certidões de regularidade fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira com seus prazos de validades vigentes; declaração de inexistência de servidor público lotado no órgão contratante; cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7° da Constituição Federal; declaração de habilitação e qualificação – fls. 029 a 050;

10. Discorrendo-se agora sobre a justificativa de preços de que trata o art. 72, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, registra-se, preliminarmente, os documentos apresentados: justificativa de preço – fl. 21 e três documentos/contratos fiscais – fls. 038 a 040;

11. Quanto à apreciação dos documentos acima descritos, nos termos da alínea "c", do art. 16 da Lei nº 11.812/24, com base nas diretrizes delineadas na Instrução Normativa – CGM nº. 01/2024[5], observou-se que a justificativa de preços foi materializada com base em valores superiores comercializados pela futura contrata, emitidos no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração pública.

[5] A **Instrução Normativa – CGM nº. 01/2024** dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

Em relação à existência de demonstração da compatibilidade entre o preço a ser contratado e o valor de mercado, assim como, a vantagem econômica, em cumprimento ao disposto no art. 16, alínea "b", do Decreto Municipal nº 11.812/2024, vejamos os valores conforme tabela 01 a seguir.

Tabela 01: Comparativo de preços.

Preços praticados pela proponente em outras contratações. (A)		Preço proposto ao Município de Mariana (B)	Comparativo de A vs. B Resultado: > ou = ou <
NOTA FISCAL 125	R$ 15.000,00	**R$ 5.000,00**	**A > B**
NOTA FISCAL 100	R$ 10.000,00		**A > B**
NOTA FISCAL 101	R$ 10.000,00		**A > B**

Em conformidade com a tabela supra, após análise comparativa entre o preço proposto e os apresentados como justificativa, observa-se que o valor da proposta é compatível com os valores que a proponente pratica no mercado, e levando em consideração que o preço é inferior aos demais, entende-se que há demonstração da vantagem econômica.

12. Consta abertura do processo administrativo devidamente autuado em sequência cronológica, numerado e autorizado pelo Ordenador de despesas – fl. 050.

13. Consta a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários (reserva orçamentária), demonstrando a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido, identificados pelos códigos dos créditos próprios da classificação e da categoria de programação referente ao exercício corrente – fl. 051, **porém, não há como validar a informação com os instrumentos de planejamento, uma vez que não houve a indicação de dotação nos referidos instrumentos (DFD, ETP, TR)** (Art. 72, IV da Lei 14.133/21, art. 16, § 1º da Lei Complementar nº 101/2000).

Dotação: 24.001.13.392.0016.2.552 3.3.90.39 – fonte de recurso 1.500 - ficha 575

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

14. Consta a indicação do agente responsável pela condução do procedimento de contratação direta – fl. 002, no entanto, **não consta o ato de designação do encarregado de planejamento da contratação. Sendo assim, recomendamos que seja juntado ao processo.**

ATENÇÃO:
Visto que não identificamos no processo o ato de designação dos encarregados pelo planejamento da contratação, aproveitamos a oportunidade para **orientar ao Secretário** que o art. 5º do Decreto Municipal 11.813/2024, determina que o encarregado de planejamento da contratação deve ser indicado pelo(a) Secretário(a) Municipal da respetiva pasta, e designado pelo chefe do poder executivo, por meio de portaria, observados os requisitos dispostos nos arts. 8º, 10 e 11, do mesmo Decreto. Essa orientação de justifica em razão de que **o encarregado de planejamento da contratação** é o servidor responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar, Documento de Análise de Riscos, Documento de Formalização da Demanda, Termo de Referência, Projetos Básicos ou Projeto Executivo, instruir os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, dentre outras atribuições elencadas no art. 17 do Decreto Municipal 11.813/2024.

15. Consta o parecer expedido pela Coordenadoria Geral de Compras - fls. 052 a 053, em cumprimento à exigência do art. 33, do Decreto Municipal nº 11.812/2024, opinando pela possibilidade da aplicação do instituto de inexigibilidade de licitação.

16. Consta o parecer jurídico - fls. 067 a 073, fundamentando os motivos excepcionais para a inexigibilidade de licitação opinando pela viabilidade jurídica do feito, em atendimento à exigência do art. 33, do Decreto Municipal nº 11.812/2024.

17. Por fim, a Controladoria Geral informa que eventuais solicitações de análises em processos de contratações diretas, instaurados a partir da publicação do Decreto Municipal nº 11.812, de 23 de abril de 2024, deverão ser devidamente formalizadas em conformidade com o disposto no art. 16, do referido decreto.

CONCLUSÃO

Subsidiar o gestor com informações e elementos para a tomada de decisões é uma das importantes atribuições do Controle, inclusive como medida de prevenção de desperdícios, perdas, abusos, fraudes e desfalques, nos termos da Cartilha de Orientações sobre Controle Interno, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais[6]. Assim, consoante disposição contida no § 3º, do art. 17, do Decreto Municipal nº 11.812/2024, a presente manifestação possui caráter meramente opinativo, podendo ser eventualmente contraposta pelo ordenador de despesa da unidade requisitante, de forma técnica, cabendo ao ele a decisão de oportunidade e/ ou conveniência da homologação.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

[6] Disponível em: <https://www.tce.mg.gov.br/img_site/Cartilha_Controle%20Interno.pdf>. Acesso em: 16/12/2024 às 14h08min.

Cumpre ressaltar o que versa o art. 73 da Lei nº 14.133/2021, visto que esse é categórico ao explicitar que *"na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis"*.

Dessa forma, pelo Parecer acostado aos autos pela Assessoria Jurídica quanto aos requisitos legais e formais do ato, ressalvado entendimento diverso e o caráter não vinculativo, deste parecer, a Controladoria Geral do Município, ***opina*** pela ***continuidade*** do presente procedimento de contratação direta, nos termos do art. 17[7] do Decreto municipal nº 11.812/2024, ***desde que:***

PROVIDENCIAS OBRIGATÓRIAS PÓS-HOMOLOGAÇÃO

Caso o processo de contratação direta seja homologado, conforme competências estabelecidas nos Decretos Municipais nº 11.812/2024 e nº 11.813/2024, os agentes públicos responsáveis pelos atos dispostos a seguir deverão:

✓ Divulgar e manter à disposição do público o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no sítio eletrônico oficial do Município, em cumprimento ao disposto no §1º do art. 14, do Decreto Municipal nº 11.812/2024 c/c o parágrafo único do art. 72, da Lei nº 14.133/2021, **observados o §4º do art. 14 do Decreto Municipal 11.812/2024 e §2º art. 94 da Lei nº 14.133/2021**, na qual **no caso de contratação de profissional do setor artístico por inexigibilidade de licitação, "a publicação deverá identificar os custos do cachê do artista, dos músicos ou da banda, quando houver, do transporte, da hospedagem, da infraestrutura, da logística do evento e das demais despesas específicas"**.

✓ Confeccionar o empenho da despesa, formalizado em documento denominado "nota de empenho", **devendo ser realizado de forma prévia à(s) contratação(ões)**. Tal orientação é consentânea com o acordão do TCU, nº 1.404/2011, que determinou a: "observância das fases da despesa pública, de modo que o empenho seja prévio ou contemporâneo à contratação, consoante artigos 58 a 70 da Lei nº 4.320/1964".

---

[7] **Art. 17.** A Controladoria Geral do Município, enquanto órgão responsável pelo controle dos atos administrativos, por ocasião do disposto no art. 16, deste Decreto, cabe emitir parecer conclusivo. **§ 1º.** Em caso de regularidade do ato processual os autos serão remetidos aos responsáveis com parecer recomendando a homologação do resultado do certame ou a ratificação da contratação direta, ou a continuidade do procedimento, conforme o caso. **§ 2º.** Em caso de irregularidades dos atos os autos serão remetidos aos responsáveis, com a indicação da inconsistência encontrada, recomendando a sua retificação, quando o vício verificado for sanável, ou anulação, em caso de vício insanável, ou o indeferimento, conforme o caso. **I** - Para efeito do disposto neste artigo, conforme o caso, a **Controladoria poderá**: **a) Recomendar a retificação da inconsistência:** deliberação, devidamente fundamentada, para adoção de providências concretas e imediatas, com a finalidade de prevenir, corrigir irregularidade, remover seus efeitos ou abster-se de executar atos irregulares; **b) Orientar:** deliberação de natureza colaborativa, devidamente fundamentada, que apresenta ao destinatário oportunidades de melhoria, com a finalidade de contribuir para o aperfeiçoamento da gestão; **c) Solicitar ciência expressa:** deliberação de natureza declaratória que cientifica o destinatário sobre a ocorrência de irregularidade, quando as circunstâncias não exigirem providências concretas e imediatas, sendo suficiente, para fins do controle, induzir a prevenção de situações futuras análogas.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

✓ **Para o exercício das funções, cientificar formalmente o gestor e o fiscal de contrato/ata de registro de preços da indicação e das respectivas atribuições, antes da formalização do ato de designação** e no prazo máximo estabelecido, **devendo esses declararem, formalmente ciência da indicação**, em observância art. 6º, § 1º, c/c art. 7º, ambos do Decreto Municipal nº 11.813/2024.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Mariana, 06 de fevereiro de 2026.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-003 — ESTADO DE MINAS GERAIS

AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA PELA AUTORIDADE COMPETENTE

INEXIGIBILIDADE: 46/2026

PROCESSO: 49/2026

OBJETO: CONTRATACAO DA BANDA ABAHDA PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO "CARNAVAL MARIANA 2026".

CONSIDERANDO a justificativa trazida pela Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo, no que tange a necessidade da contratação em tela;

CONSIDERANDO o interesse da administração pública municipal em garantir um calendário cultural extenso e diversificado;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar o evento em tela visto tratar-se de festividade tradicional a nível nacional compreendendo a maior manifestação cultural do pais;

CONSIDERANDO o notório reconhecimento do público em geral no que tange ao trabalho do artista em comento, visto possuir carreira longa e duradoura, e já ter se apresentado em diversos eventos de grande repercussão popular, conforme se verifica nos documentos acostados ao feito;

CONSIDERANDO a legitimidade de representação dos interesses da banda, visto que a contratação em tela será viabilizada entre este município e empresa representante legal devidamente munida de poderes de representação exclusiva na forma da lei;

CONSIDERANDO que os valores ofertados se aproximam do já praticado no mercado, inclusive no mesmo período carnavalesco, visto encontrarem-se balizados pelos documentos acostados ao feito;

Destarte, com fincas no texto da Lei nº 14.133/21, especialmente em seu artigo 74 Inciso II, assim como no artigo 205 da Constituição Federal de 1988, e nos artigos 127, e 128 da Lei Orgânica Municipal, **AUTORIZO** por meio de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com a devida celebração da respectiva contratação, nos termos da Lei.

Mariana, 09 de fevereiro de 2026

MARCOS EDUARDO BATISTA

Secretário Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo